



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

## **ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO

### **COOPERATIVISMO E ACESSO AOS SERVIÇOS AGRÍCOLAS NA PROVÍNCIA DO HUAMBO: O CASO DE COOPERATIVAS APOIADAS PELA ADRA**

*Antonino Abel Chivala Kamutali*

Orientação | Prof. Doutor Pedro Damião Henriques

Orientação | Profª Doutora Maria Raquel Lucas

**Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas**

Área de Especialização: Agronegócio

Dissertação

Évora, 2019



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

## **ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO

### **COOPERATIVISMO E ACESSO AOS SERVIÇOS AGRÍCOLAS NA PROVÍNCIA DO HUAMBO: O CASO DE COOPERATIVAS APOIADAS PELA ADRA**

*Antonino Abel Chivala Kamutali*

Orientação | Prof. Doutor Pedro Damião Henriques

Orientação | Prof<sup>a</sup> Doutora Maria Raquel Lucas

**Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas**

Área de Especialização: Agronegócio

Dissertação

Évora, 2019



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

**Constituição do júri**

Professor Doutor Carlos Alberto Falcão Marques

Professor Doutor Manuel Couret Pereira Branco

Prof<sup>º</sup> Doutor Pedro Damião de Sousa Henriques

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho a minha querida esposa Maria do Céu Leão Kamutali e aos meus filhos Abel Chivala Lukamba Kamutali, Fernando Isaías Gonçalves Kamutali e Fernando Isaías Leão Kamutali, que são a minha maior alegria e motivos para luta diária na busca de um horizonte melhor.

## **Resumo**

O principal problema que os agricultores familiares na província do Huambo enfrentam na realização das actividades agrícolas está relacionado, sobretudo, com o acesso aos serviços agrícolas. O presente estudo visou analisar a contribuição das cooperativas na promoção do acesso aos serviços agrícolas. O estudo foi desenvolvido em duas fases, na primeira etapa, foi realizada uma pesquisa exploratória sobre o tema do cooperativismo para a qual foram consultadas várias fontes de informação secundária. A segunda fase, consistiu numa recolha de dados suportada em fontes directas de informação primária, através do método de aplicação de questionário, tendo sido construídos e aplicados dois questionários, um a lideranças das cooperativas e outro aos agricultores cooperantes. Os resultados do estudo mostram que os principais serviços dinamizados pelas cooperativas são o acesso ao crédito monetário, insumos e equipamentos agrícolas e a formação. De forma global os agricultores, não estão satisfeitos com os serviços prestados pelas cooperativas.

**Palavras-chave:** Cooperativismo, acesso aos serviços, Huambo ADRA.

# **COOPERATIVISM AND ACCESS TO AGRICULTURAL SERVICES IN THE PROVINCE OF HUAMBO: THE CASE OF COOPERATIVES SUPPORTED BY ADRA**

## **Abstract**

The main problem faced by family farmers in Huambo province in the realization of agricultural activities is mainly related to access to agricultural services. The present study aimed to analyze the contribution of cooperatives in promoting access to agricultural services. The study was developed in two phases, in the first stage, an exploratory research was conducted on the topic of cooperativism for which various sources of secondary information were consulted. The second phase consisted of a data collection supported by direct sources of primary information through the questionnaire application method. Two questionnaires were constructed and applied, one for cooperative leaders and the other for cooperative farmers. The results of the study show that the main services dynamized by cooperatives are access to monetary credit, inputs and agricultural equipment and training. Overall, farmers are not satisfied with the services provided by cooperatives

**Keyword:** Cooperativism, access to services, Huambo ADRA.

## Agradecimentos

Ao terminar esta dissertação gostaria de agradecer a colaboração de pessoas singulares e instituições que permitiu que este trabalho fosse efectivado.

Dentre estes, gostaria destacar os meus orientadores o Professor Doutor Pedro Damião Henriques e a Professora Doutora Maria Raquel Lucas, pela orientação, encorajamento e a disponibilidade que tiveram sempre que eu precisasse. Portanto fica aqui a minha admiração e o meu reconhecimento pelo apoio.

Quero ainda, estender os meus profundos agradecimentos a todos os meus professores do curso de mestrado em Economia e Gestão Aplicadas (MEGA) na especialização do agronegócio, pelos ensinamentos, paciência e dedicação em partilhar conhecimentos que permitiram que terminasse este curso.

Ao Professor Doutor Hélder Fonseca, pela forma afável como me acolheu em casa, pelo carinho, por me indicar os primeiros caminhos de Évora, por me ajudar a integrar naquela comunidade, sem o teu apoio com certeza as coisas tornar-se-iam muito difícil para mim, muito obrigado tio. A Professora Doutora Imaculada Conceição Ferreira Henriques Matias, Decana da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade José Eduardo dos Santos, minha professora no curso de licenciatura, minha chefe muito obrigado por me resgatar quando muitos duidavam das minhas capacidades intelectuais, a senhora esteve sempre do lado da razão, acreditou e apostou em mim, não tenho palavras para expressar tamanha gratidão.

A minha colega de trabalho Rebeca Sambaca, quantas vezes te deixei a lidar com um volume quase interminável de trabalho, mais conseguiste contornar, muito obrigado pela cobertura nas minhas ausências. Agradeço igualmente aos companheiros de trabalho Afonso Cambolongo, Marcos Kapanda, Rosa Watunga, Modesto Culupa, Eduarda, Muaca, Ngoma e o grande companheiro Yuri Chipuio.

Ao Mestre José Maria Katiavala, pela inspiração, incentivo para que eu pudesse desenvolver este estudo pensando no desenvolvimento rural, pelas correções, pelo apoio nos primeiros passos e concretização deste trabalho.

A Acção Para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) antenna Huambo na pessoa da directora Cidália, pela abertura às cooperativas agrícolas, pelo apoio com o transporte para deslocações ao encontro das comunidades rurais, ao colocar os técnicos a nossa disposição e que de facto foram excepcionais profissionais, e a aqui destaco os companheiros Salussinga, Armando, Miquelina, Valdemira e o Tomás, muito obrigado.

Aqui uma palavra de apressa aos líderes das cooperativas Bem vindo, Sivayo, Tuseteka, Flor do campo, Cintura Verde, Sementes do Planalto, Quinze, Tuayovoca, Tuasanjuca, Kupemba, Boa esperança, nova esperança e associação Epinduco, pela colaboração em fornecer informações sobre as suas organizações e mobilização dos agricultores associados.

Este estudo só foi possível pela colaboração dos agricultores daquelas cooperativas, que interromperam os seus trabalhos para atenderem os nossos longos inquéritos, numa clara demonstração de solidariedade ao nosso trabalho, o que permitiu recolher a informação valiosa para elaboração desta dissertação, a todos muito obrigado.

Aos companheiros Jorge Gomes Lopes Barros, Eustáquios Nhime, Celso Luamba, Josefa Rangel, Luísa Ndovala, Armando Zinga, Valério, Tunga, Guerra, Florêncio, Joaquim, Ckimuku e Cordeiro. A minha colega do mestrado Ana Margarida Oliveira e Silva, pelo apoio e esclarecimentos adicionais depois das aulas. A Jukisia Salvador, Rafaela Rossler, Tanya Barreto igualmente colegas do mestrado.

A minha gratidão também pela forma simpática como fui tratado pelo pessoal da Biblioteca do Colégio Espírito Santo, a forma como se prontificaram em disponibilizar o material bibliográfico e auxílio sempre que tivesse alguma dificuldade.

A minha família em especial a minha amada e linda esposa Maria do Céu Leão Kamutali, por comandar a back nas minhas ausências, meu amor por Ti é enorme, te amo muito e te admiro. Aos meus pais Fernando Isaías Kamutali e Ana Bela Carlinda Chivala, mãe Florência Mateus Leão, aos meus irmãos Florindo Elavoco Kamutali, Isaías Adélio Kamutali, Preciosa Melita Kamutali, Felizardo Jango Kamutali, Jeremias Chivala Kamutali, Edna Kamutali, Lino Kamutali, Teresa Leão, Andreia Leão, Jacqueline Leão, Gaspar, pelo apoio afectivo, moral e material. Ao Alister Henriques Chitetele Sõĩ Pinto meu irmão sempre presente em todos os momentos, não importa as circunstâncias sei que conto contigo, não tenho palavras para te agradecer.



## Índice

Agradecimentos.....	iv
Índice.....	vi
Índice de Quadros.....	x
Listagem de abreviaturas ou siglas.....	xi
1. Introdução.....	1
1.1 Enquadramento do Tema e Justificações da Escolha.....	1
1.2 Formulação do Problema e dos Objetivos.....	3
1.3 Metodologia.....	4
1.4 Estrutura do Trabalho.....	5
2. Enquadramento Teórico.....	6
2.1 Conceito de cooperativismo e cooperativa .....	6
2.2 Origem do cooperativismo .....	8
2.3 O cooperativismo em Angola.....	9
2.3.1 O quadro jurídico das cooperativas em Angola .....	11
2.3.2 Relação entre cooperativismo e agricultura familiar .....	15
3. Metodologia de Investigação .....	19
3.1 O problema, as questões de investigação e os objectivos .....	19
3.2 Tipos e etapas de investigação .....	20
3.3 Caracterização da investigação realizada .....	20
3.4 Instrumento de recolha de dados.....	21
3.4 População e amostra.....	22
3.5 Trabalho de campo.....	22

3.6 Tratamento de dados .....	23
4. Análise e Discussão dos Resultados .....	24
4.1 Caracterização das Cooperativas na Província do Huambo Apoiadas pela ADRA .....	24
4.1.1 Cooperativa Bem Vindo .....	26
4.1.2 Cooperativa Cintura Verde.....	27
4.1.3 Cooperativa Flor do Campo .....	28
4.1.4 Cooperativa Tuasanjuca.....	28
4.1.5 Cooperativa Sementes do Planalto .....	29
4.1.6 Cooperativa Kupemba .....	29
4.1.7 Resultados dos agricultores em relação o factor cooperativa .....	30
4.2 Caracterização da amostra .....	31
4.2.1 Perfil dos líderes .....	31
4.2.2 Perfil dos agricultores .....	31
4.3 Lavra colectiva da cooperativa.....	36
4.3.1 Do lado das Cooperativas .....	36
4.3.2 Do lado dos agricultores .....	38
4.3.3 Considerações finais sobre a lavra colectiva.....	39
4.4 Serviços Dinamizados pelas cooperativas .....	40
4.4.1 Perspectiva das cooperativas.....	40

4.4.2 Perspectiva dos agricultores .....	41
4.4.3 Considerações finais sobre os serviços.....	41
4.5 Satisfação dos Produtores Agrícolas com os Serviços prestados pelas Cooperativas .....	42
4.5.1 A perspectiva das cooperativas.....	42
4.5.2 A perspectiva dos agricultores .....	45
4.5.3 Avaliação dos serviços de forma global e considerações finais sobre satisfação dos serviços .....	48
4.6 Principais Limitações de Funcionamento das Cooperativas.....	49
4.6.1 Perspectiva das cooperativas.....	49
4.6.2 Perspectiva dos agricultores .....	50
4.6.3 Considerações finais sobre as principais dificuldades .....	51
5. Considerações Finais.....	52
5.1 Conclusões.....	52
5.2 Dificuldades e Limitações do Estudo.....	54
5.3 Recomendações e Desenvolvimentos Futuros .....	54
Bibliografia.....	56
Anexo 1 Inquérito para as lideranças das cooperativas.....	59
Anexo 2 Inquérito para os agricultores membros das cooperativas.....	68
Anexo 3. Fotos com as cooperativas.....	72
Anexo 4 Caracterização geral das cooperativas .....	74

## ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1. MAPA DOS LOCAIS ESTUDADOS.....	25
FIGURA 2 GÉNERO DOS INQUIRIDOS.....	31
FIGURA 3– ESCOLARIDADE DOS INQUIRIDOS.....	33
FIGURA 4 – OCUPAÇÃO .....	35
FIGURA 5. PRINCIPAIS TIPOS DE CULTURAS NAS LAVRAS DOS AGRICULTORES .....	36
FIGURA 6. AVALIAÇÃO DA COOPERATIVA SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS NA LAVRA COLECTIVA .....	37
FIGURA 7. AVALIAÇÃO DA COOPERATIVA SOBRE O CONTRIBUTO DA LAVRA COLECTIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DA COOPERATIVA.....	38
FIGURA 8. DESTINO DAS RECEITAS DA LAVRA COLECTIVA.....	39
FIGURA 9. AVALIAÇÃO DAS COOPERATIVAS SOBRE O CRÉDITO MONETÁRIO.....	42
FIGURA 10. AVALIAÇÃO DAS COOPERATIVAS SOBRE FORNECIMENTO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS.....	43
FIGURA 11. AVALIAÇÃO DAS COOPERATIVAS SOBRE A FORMAÇÃO.....	43
FIGURA 12. APOIOS EXTERNOS-AVALIAÇÃO DA COOPERATIVA SOBRE O CRÉDITO MONETÁRIO .....	44
FIGURA 13. APOIOS EXTERNOS-AVALIAÇÃO DA COOPERATIVA EM RELAÇÃO AOS INSUMOS E EQUIPAMENTOS.....	45
FIGURA 14. APOIOS EXTERNOS- AVALIAÇÃO DA COOPERATIVA SOBRE A FORMAÇÃO.....	45
FIGURA 15. AVALIAÇÃO DOS AGRICULTORES SOBRE O ACESSO AO CRÉDITO .....	46
FIGURA 16. AVALIAÇÃO DOS AGRICULTORES SOBRE FORNECIMENTO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS A CRÉDITO .....	47
FIGURA 17. AVALIAÇÃO DOS AGRICULTORES SOBRE A FORMAÇÃO.....	47
FIGURA 18. AVALIAÇÃO GLOBAL DOS AGRICULTORES EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA COOPERATIVA .....	48
FIGURA 19. DIFICULDADES-AVALIAÇÃO DA COOPERATIVA SOBRE INSUMOS E EQUIPAMENTOS.....	49
FIGURA 20. DIFICULDADES-AVALIAÇÃO DA COOPERATIVA SOBRE O ACESSO AO CRÉDITO MONETÁRIO .....	50
FIGURA 21. DIFICULDADES-AVALIAÇÃO DOS AGRICULTORES SOBRE AS PRINCIPAIS LIMITAÇÕES.....	50

## Índice de Quadros

QUADRO 1 – DISTRIBUIÇÃO DE AGRICULTORES POR COOPERATIVA .....	22
QUADRO 2 – POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	22
QUADRO 3 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR MUNICÍPIO NA PROVÍNCIA DO HUAMBO .....	24
<b>QUADRO 4.</b> A COOPERATIVA COMO FACTOR DETERMINANTE .....	30
<b>QUADRO 5.</b> O SEXO COMO FACTOR DETERMINANTE.....	32
<b>QUADRO 6.</b> A IDADE COMO FACTOR DETERMINANTE.....	33
<b>QUADRO 7.</b> O NÍVEL DE ESTUDO COMO FACTOR DETERMINANTE.....	34
<b>QUADRO 8.</b> SITUAÇÃO LABORAL .....	34
<b>QUADRO 9</b> DIMENSÃO DA LAVRA DA COOPERATIVA E TITULARIDADE DA TERRA.....	36
<b>QUADRO 10.</b> PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES DA LAVRA COLECTIVA.....	38
<b>QUADRO 11</b> TEMPO QUE OS AGRICULTORES DEDICAM A LAVRA COLECTIVA.....	39
<b>QUADRO 12</b> CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS 12 COOPERATIVAS .....	74

## Listagem de abreviaturas ou siglas

ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente

ALI - Aliança Cooperativa Internacional

CADCO- Comissão de Apoio e Dinamização das Cooperativas

CRA- Constituição da República de Angola

DC - Desenvolvimento Comunitário

ENSAN- Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

FAO- Organização das Nações Unidas Para Alimentação e Agricultura

FCA-Faculdade de Ciências Agrárias

FNLA- Frente Nacional de Libertação de Angola

IDA- Instituto de Desenvolvimento Agrário

INE- Instituto Nacional de Estatística

MG – Mestrado em Gestão

MINADER- Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural

MPLA- Movimento Popular de Libertação de Angola

ONGs- Organizações não Governamentais

UE – Universidade de Évora

UJES- Universidade José Eduardo dos Santos

UNACA- União Nacional das Associações de Camponeses de Angola

UNITA- União Nacional Para Independência Total de Angola

## **1. Introdução**

O presente capítulo, dedica-se ao enquadramento do tema, justificação das razões da escolha do tema e formulação do problema e dos objectivos do trabalho, assim como, se apresenta a estrutura de todo o trabalho.

### **1.1 Enquadramento do Tema e Justificações da Escolha**

O cooperativismo é o movimento social que ocorre quando, homens com necessidades comuns, estabelecem entre si uma relação de interdependência promotora, orientada por uma filosofia de vida, que os leva a procurar satisfazer aquelas necessidades através da solidariedade, da equidade e, do respeito do homem pelo homem e activismo constante (Vitongue, 2004).

A Cooperativa é definida por vários autores considerando diversas vertentes (sociológica, económica, filosófica e psicológica). Do ponto de vista sociológico, é uma instituição sociocultural, cujos membros agem em conjunto (objectivos dos comportamentos). Do ponto de vista económico, a cooperativa é uma entidade económica onde, os indivíduos que a integram, são simultaneamente donos e usuários (objectivos materiais). Do ponto de vista da filosofia social, a cooperativa é uma instituição desenhada para a melhoria da vida doméstica de cada um e do bem-estar social de todos os seres humanos com base na solidariedade, na equidade, no respeito do homem pelo homem e no activismo constante (plano das ideias). Do ponto de vista da psicologia social, uma cooperativa é uma instituição resultante do processo pelo qual pessoas que sentem necessidades comuns, decidem formar voluntariamente uma associação (plano das decisões conscientes) (Vitongue, 2004).

Em Angola, apesar dos esforços feitos pelas autoridades governamentais no sentido de adoptar o cooperativismo e o associativismo como estratégias de apoio ao desenvolvimento rural e, particularmente, ao da agricultura familiar, estes esforços esbarravam nas questões relacionadas com a falta de participação, com decisões centralizadas e com economia planificada, entre outras. (Marcelino, 2014). Este autor, considera que por causa da trajectória das cooperativas em Angola, elas tendem a ser vistas como uma estratégia de fracasso, havendo, frequentemente, alguma reserva em relação ao papel que as mesmas podem desempenhar no desenvolvimento local, embora, existam inúmeros exemplos que mostram o quão importantes elas podem ser.

De acordo com os resultados definitivos do censo populacional de Angola, divulgados em 2016 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), Angola confronta-se ainda com níveis de pobreza acentuados, particularmente no meio rural, onde alguns dos principais indicadores sociais revelam dados preocupantes: apenas 22,4% dos agregados familiares têm acesso a fonte

de água apropriada, 25,9 % a uma instalação sanitária adequada, e 8,8 % depositam o lixo em local apropriado. Preocupado com este quadro, a ADRA (Acção para o desenvolvimento Rural e Ambiente), no seu Plano Estratégico para o período 2018 e 2022, contemplou várias acções e programas para a promoção do desenvolvimento local, na óptica da sustentabilidade, nas suas variadas dimensões (económica, social, política e ambiental). Dentro deste plano, destaca-se o Programa de Desenvolvimento Local e Sustentável, não por ser o mais importante, mas pelo facto de ser este o foco do presente trabalho, precisamente na sua componente da Produção Agropecuária e Segurança Alimentar e Nutricional, no seu eixo de desenvolvimento de acções de crédito e empreendedorismo económico.

A ADRA é uma organização não governamental angolana, que prima pelo respeito aos Direitos Humanos, pela preservação do ambiente, equidade de género e valorização da dimensão cultural, visando a justiça social e o desenvolvimento sustentável. É uma referência em Angola no tocante ao Desenvolvimento Rural-aqui entendido como processos de mudança que se preocupam com o envolvimento das populações rurais, visando o estabelecimento de uma relação de equilíbrio entre o mundo rural e o mundo urbano, credível e activa no fortalecimento de uma sociedade civil informada, vibrante e actuante (ADRA, 2018). A ADRA é uma organização comprometida com a construção de um desenvolvimento democrático e sustentável, social, económico e ambientalmente justo em Angola. A actividade da ADRA abrange, actualmente, 22 municípios das províncias de Malanje, Huambo, Benguela, Huíla e Cunene. Contudo, é de assinalar a actuação da Organização em Luanda, centrada em acções de intervenção cívica, através do seu envolvimento em variados espaços de concertação entre as organizações da sociedade civil e no diálogo com as diferentes instituições do Estado. As organizações comunitárias de base apoiadas pela ADRA nos diferentes municípios, na generalidade, estruturam-se em plataformas de articulação, como núcleos, fóruns e uniões, integradas por associações e cooperativas de produtores agrícolas. No Huambo a ADRA apoia 12 cooperativas.

De acordo com o teor apresentado em 2009 pelo documento “Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) ” a estrutura agrária angolana é dominada por camponeses e agricultores familiares, cujas explorações representam 99,08% do número total de explorações, ocupando 97% do total da superfície cultivada do país. Para Katiavala (2015), esta informação evidencia a importância e o peso dos sectores agrícolas camponês e familiar em relação à agricultura empresarial. Destes dados sobressai não só, o contributo destes dois sectores pela quase totalidade da produção agroalimentar, mas também, o enorme potencial para a promoção da segurança alimentar e nutricional no país.



Apesar disso, verifica-se ainda pouca informação que permita avaliar o grau de funcionamento do crédito rural ou agrícola em Angola. Neste processo as formas de organização são apontadas como modelo que irão proporcionar uma menor desigualdade no campo, intra e inter regional, onde a cooperativa pode interferir no sistema produtivo, garantindo assim o acesso aos meios de crédito e a finalização da produção com maior eficiência, tornando a região um pólo de desenvolvimento agrícola.

Desta forma, é indispensável o desenvolvimento de estudos que visem a promoção de formas associativistas para pequenos produtores rurais, bem como procurar as formas de incentivo à participação colectiva, principalmente junto aos produtores mais carentes e àqueles que resistem a essa prática por falta de uma informação específica (Vitongue, 2004).

O desenvolvimento comunitário (DC) constitui a abordagem metodológica que orienta a intervenção social da ADRA aos diferentes níveis e a sua adopção é resultado de um processo de construção a partir da sua experiência de trabalho com as comunidades rurais, instituições locais do Estado e outros actores da sociedade civil angolana (Plano Estratégico da ADRA, 2018-2022).

## **1.2 Formulação do Problema e dos Objetivos**

O tema estudado não é uma novidade. Desde criança que o autor vem acompanhando os familiares em actividades agrícolas. A partir do momento em que se torna adulto constatou que os familiares enfrentavam diversos problemas na realização das actividades agrícolas, dos quais sobressaíam a falta de recursos financeiros para aquisição de factores de produção e o acesso aos mercados onde pudessem comercializar os seus produtos com preços compatíveis com os custos de produção. Os agricultores familiares de Angola, regra geral, deparam-se com sérios problemas reactivamente ao acesso aos serviços agrícolas. A busca de um melhor entendimento sobre estes problemas incentivou a desenvolver este estudo. Uma outra motivação consistiu na conclusão, com sucesso, deste ciclo de estudos e aprendizagem. Isto tudo é resultado do conjunto de disciplinas que fazem parte da estrutura curricular do curso que frequentei, com realce para a de Mercados e Políticas e a de Políticas de Desenvolvimento Rural e Agrícola, que serviram de base para seguir esta linha de investigação.

Em função do exposto, foram formuladas as seguintes questões de investigação:

Em que medida o cooperativismo pode contribuir para a promoção dos serviços aos agricultores das zonas rurais?

Os serviços das cooperativas apoiadas pela ADRA na província do Huambo respondem às expectativas e às necessidades dos membros?

Quais são os principais factores limitantes das cooperativas apoiadas pela ADRA na província do Huambo?

O objectivo geral deste trabalho foi o de analisar a contribuição das cooperativas apoiadas pela ADRA na promoção do acesso aos serviços agrícolas na província do Huambo.

Para atingir o objectivo geral, foram formulados os seguintes objectivos específicos:

Caracterizar as Cooperativas da Província do Huambo apoiadas pela ADRA.

Analisar os tipos de serviços dinamizados pelas cooperativas apoiadas pela ADRA na província do Huambo.

Avaliar o grau de satisfação dos produtores agrícolas sobre os serviços prestados pelas cooperativas apoiadas pela ADRA na província do Huambo

Identificar as principais limitações de funcionamento e propor melhorias nas cooperativas apoiadas pela ADRA na província do Huambo

### **1.3 Metodologia**

O trabalho que se apresenta é uma dissertação para obter o grau de mestre em Economia e Gestão Aplicadas na especialidade de agronegócio. A investigação realizada, visando conhecer a contribuição das cooperativas apoiadas pela ADRA, na promoção do acesso aos serviços agrícolas na província do Huambo, descritiva e suportada no método quantitativo, foi desenvolvida em duas fases. A primeira, de pesquisa exploratória, consistiu na recolha, consulta e análise de documentos provenientes de fontes de informação secundária como sejam estatísticas e publicações oficiais, livros, artigos científicos, teses, relatórios e outros documentos na internet, de modo a elaborar o enquadramento teórico e apresentar a caracterização das seis cooperativas da província do Huambo objecto de estudo, nos municípios da Caála, Bailundo e Longonjo. Na segunda fase, de pesquisa conclusivo-descritiva, foi feita uma recolha de dados suportada em fontes de informação primária, aplicando dois questionários a uma amostra por conveniência (não probabilística) de, respectivamente, lideranças das cooperativas e agricultores cooperantes. O primeiro serviu para obter a informação relativa aos tipos de serviços dinamizados pelas cooperativas apoiadas pela ADRA na província do Huambo, Identificar as principais limitações de funcionamento e propor melhorias nas referidas cooperativas. Com o segundo procurou-se obter informações sobre o grau de satisfação dos agricultores sobre os serviços prestados pelas cooperativas apoiadas pela ADRA na província do Huambo. Os resultados obtidos a partir da análise estatística, descritiva e multivariada, realizada com suporte no *SPSS*, foram objecto de interpretação e discussão e apresentação das conclusões.

## **1.4 Estrutura do Trabalho**

Este trabalho encontra-se organizado em 5 (Cinco) Capítulos. O capítulo 1 dedica-se ao enquadramento do tema, justificação das razões da escolha do tema e formulação do problema e dos objectivos do trabalho, assim como, da sua estrutura.

O capítulo 2 focaliza-se no enquadramento teórico com realce para os aspectos conceptuais sobre o cooperativismo, cooperativa e uma pequena incursão sobre a origem do cooperativismo. Faz-se também neste capítulo, uma resenha histórica sobre o cooperativismo em Angola, o quadro jurídico das cooperativas em Angola e no fim, a relação entre cooperativismo e agricultura familiar, onde se destaca a relevância do cooperativismo como factor que pode contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar.

O capítulo 3 aborda a metodologia utilizada, a população e amostra e, a recolha e tratamentos dos dados.

O foco do capítulo 4 é análise e discussão dos resultados obtidos. Inicia-se com a caracterização da área de estudo e das cooperativas objecto de estudo, seguindo-se a caracterização da amostra, a análise dos tipos de serviços dinamizados pelas cooperativas, a avaliação do grau de satisfação dos produtores agrícolas sobre os serviços prestados pelas cooperativas e, a identificação das principais limitações de funcionamento e das propostas de melhorias das cooperativas apoiadas pela ADRA na província do Huambo.

Finalmente no capítulo 5 são apresentadas as considerações finais que englobam as principais conclusões do estudo, as limitações encontradas e as recomendações de estudos futuros.

## **2. Enquadramento Teórico**

Este capítulo focaliza-se no enquadramento teórico com realce para os aspectos conceptuais sobre o cooperativismo, cooperativa e uma pequena incursão sobre a origem do cooperativismo. Faz-se também neste capítulo, uma resenha histórica sobre o cooperativismo em Angola, o quadro jurídico das cooperativas em Angola e no fim, a relação entre cooperativismo e agricultura familiar, onde se destaca a relevância do cooperativismo como factor que pode contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar.

### **2.1 Conceito de cooperativismo e cooperativa**

O cooperativismo e as formas de cooperação são antigos na história da humanidade. Há indícios sobre a cooperação e a associação solidária desde a pré-história da civilização, com realce em antigas civilizações como os babilónicos (Neto, 2016).

Cooperativismo é o movimento social que ocorre quando homens com necessidades comuns estabelecem entre si uma relação de interdependência promotora orientada por uma filosofia de vida que os leva a procurar satisfazer aquelas necessidades através da solidariedade, da equidade, do respeito do homem pelo homem e activismo constante (Vitongue, 2004). O foco é a entreatajuda e o encontro de soluções de problemas, de forma coordenada e colectiva.

Vários autores definem cooperativa considerando várias dimensões, como sendo sociológica, económica, filosófica e psicológica. Vitongue (2004) ao analisar estas dimensões considerou que, do ponto de vista sociológico, cooperativa é uma instituição sócio-cultural e cujos membros agem em conjunto (objectivos dos comportamentos). Do ponto de vista económico cooperativa é uma empresa económica de que os indivíduos são simultaneamente donos e usuários (objectivos materiais). Do ponto de vista da filosofia social, cooperativa será uma instituição desenhada para a melhoria da vida doméstica de cada um e do bem estar social de todos os seres humanos com base na solidariedade, na equidade, no respeito do homem pelo homem e no activismo constante (plano das ideias). Finalmente, no campo da psicologia social, cooperativa é uma instituição resultante do processo pelo qual pessoas que sentem necessidades comuns decidem formar voluntariamente uma associação (plano das decisões conscientes).

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI, 1995) define a cooperativa como sendo uma associação autónoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer suas necessidades comuns, através de uma associação, empresa de negócios, ou outra forma de organização colectiva da qual possuem a propriedade em conjunto e a controlam democraticamente, pelos seguintes princípios: 1º adesão voluntária e livre; 2º gestão

democrática pelos membros; 3º participação económica dos membros; 4º autonomia e independência; 5º educação, formação e informação; 6º inter cooperação; 7º interesse pela comunidade.

Os princípios enunciados pela ACI devem orientar as práticas das cooperativas. O primeiro princípio que é o de adesão voluntaria e livre, ou seja as cooperativas devem ser organizações voluntárias e abertas a qualquer pessoa aptas a utilizar os seus serviços e dispostas a assumir as respectivas responsabilidades, não havendo lugar a qualquer tipo de discriminação (sociais, políticas, raciais, religiosas, regionais ou de qualquer outra natureza). Não existe obrigatoriedade de aderência e ou demissão.

O segundo princípio, refere-se a gestão democrática, defendendo que as cooperativas devem ser organizações democráticas, cuja gestão e administração é feita unicamente pelos seus membros. Eles, devem participar no processo de tomada de decisões sobre a vida da cooperativa.

O terceiro princípio, versa sobre participação económica dos membros, e diz que estes contribuem de forma igual para o capital social das cooperativas, controlando-o democraticamente. Diz também que os excedentes deverão ser aplicados na reserva financeira da cooperativa, e será utilizado para , apoiar as actividades aprovadas pelos respectivos membros.

O quarto princípio defende a autonomia e independência. Segundo este, as cooperativas deverão ser organizações autónomas de entreajuda. Os membros são responsáveis pela cooperativa, controlam qualquer mecanismo de acordo de cooperação, que for estabelecido com organizações governamentais ou não governamentais. As cooperativas, são abertas a recepção de recursos ou capital externo, tal poderá ser aceite, desde que não ponha em causa o principio da autonomia da cooperativa

O quinto princípio defende a educação, formação e informação. As cooperativas devem promover a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas.

O sexto princípio é a inter cooperação, onde as cooperativas servem de modo eficaz os seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

Finalmente como sétimo princípio da ACI é o interesse pela comunidade. Uma vez que as cooperativas encontram-se inseridas em comunidades, o impacto de suas actividades deverão contribuir para o desenvolvimento sustentável das respectivas comunidades.

Lasserre (1996) ao analisar a implementação das cooperativas nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, conclui que a diversidade de acções das cooperativas fez com que várias vezes, os autóctones destes países olhassem para elas como uma espécie de varinha mágica que rápida, e sobretudo facilmente, daria soluções às suas expectativas.

Esta expectativa levou a que fossem criadas e organizadas cooperativas sem compreensão sobre a verdadeira natureza do cooperativismo, importando modelos técnicos desajustados da realidade produtiva e do contexto socioeconómico, o que provocou muitos fracassos, em África, e prejudicou gravemente o sucesso da ideia e conceito cooperativista (Baptista, 2004).

Verifica-se em muitos casos, nestes países, que as pessoas criaram ou aderiram às cooperativas, tendo como principal motivação o alcance de objectivos materiais, sem se preocuparem com outras dimensões, por desconhecimento, ou por simples ignorância.

A promoção da cooperação implica e exige muito mais do que a transplantação pura e simples dos diversos tipos de cooperativas. A única forma de cooperação que encerra uma verdadeira vitalidade é a que provém das próprias entranhas do povo (Pinho, 1992).

## **2.2 Origem do cooperativismo**

A revolução industrial ocorrida na Inglaterra em 1750 e 1850 transformou a base socioeconómica da sociedade. A máquina a vapor modernizou o sector têxtil e incrementou a produção de tecidos.

Naquele período, iniciou-se a construção de estradas e linhas férreas e desenvolveu-se o sector metalúrgico. Surgiram novas fontes de energia como o petróleo e a eletricidade, em substituição do carvão. O trabalho artesanal foi substituído pelas máquinas, o que criou desemprego e conflito entre classes dos trabalhadores e o patronato, permitindo ao patronato acumular mais renda através de exploração dos trabalhadores que eram submetidas a longas horas e condições de trabalho deploráveis (Sales, 2010).

Para contrariar aquela situação, surgiu em 1844, no bairro de Rochdale em Manchester na Inglaterra, a primeira cooperativa moderna dos trabalhadores. Esta foi fundada por 28 artesãos que tinham juntado 28 libras. Estes compravam e vendiam produtos aos seus membros a preços justos, na base de respeito à liberdade, à democracia, à igualdade e à solidariedade (Oliveira, 2003).

## **2.3 O cooperativismo em Angola**

A história do cooperativismo angolano, obedeceu essencialmente a quatro (4) períodos, de acordo com (Pacheco, 2006).

O primeiro período vai de 1975 a 1977 destacam-se nesta fase a criação da Comissão de Apoio e Dinamização das Cooperativas (CADCO) pelo então Governo de Transição que resultou dos acordos de Alvor assinados em Janeiro de 1975 entre os três (3) movimentos de Libertação de Angola (Os três movimentos são o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), União Nacional Para Independência Total de Angola (UNITA) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)), e o Governo Português. Esta foi a primeira Instituição oficial encarregue de promover e apoiar a constituição das cooperativas agrícolas numa perspectiva diferente da colonial.

O segundo facto marcante deste período foi a introdução de importantes alterações no quadro jurídico das cooperativas em Angola por parte também do Governo de Transição, através do decreto-lei nº 115/75 de 22 de Setembro, que contemplou aspectos que vão desde uma nova definição de cooperativa, à adopção de quatros tipos de cooperativas (cooperativas de produção, consumo, serviços e polivalentes).

À isenção de quaisquer encargos ou emolumentos para a publicação dos estatutos das cooperativas no jornal oficial, à forma de repartição dos excedentes de cada exercício, à obrigatoriedade dos estatutos não conterem quaisquer disposições contrárias aos princípios de democracia interna, tais como a liberdade de adesão entre outros, e à revogação de toda legislação anterior contrária ao espírito do decreto, principalmente a referente à sujeição de autorização administrativa para a constituição de cooperativas.

Um outro marco ainda foi a proposta feita pela CADCO em 1976 prevendo dois modelos de cooperativas, as de primeiro grau que eram fundamentalmente de serviços e que deveriam responder às necessidades matérias e financeiras dos seus membros enquanto produtores individuais, também designada por associação de camponeses, e as de segundo grau que visavam o enquadramento de agricultores ou camponeses interessados em integrar-se num processo de produção colectiva, inspirado no modelo das cooperativas da antiga União Soviética.

A extinção da CADCO também marca este período na medida em foi a partir daqui que a tutela das cooperativas passou a ser da responsabilidade do Ministério da Agricultura. O carácter multidisciplinar e transversal da CADCO não estava totalmente de acordo com os princípios da economia centralizada ou planificada adoptada pelo Governo de Angola.

O segundo período tem a ver com aquilo a que chamou de tentativas de reajustamento (1978-1985).

Ao considerar o ano de 1978 como o Ano da Agricultura, o Governo de Angola quis mobilizar toda a força de trabalho disponível visando o aumento da produção e todas as vantagens que poderiam decorrer daí para a satisfação das necessidades alimentares da população, o abastecimento de matérias primas para a indústria ou ainda para melhorar a balança comercial, conforme referiu (Ferreira, 1999).

Não obstante, as medidas tomadas na altura revelaram-se incapazes de impedir a queda progressiva da produção agrícola que já vinha desde o ano da independência (Souza Pain, 2010).

O terceiro período (1986-1990) que caracteriza a história do cooperativismo em Angola na fase pós-independência está relacionado com o percurso que deu lugar à criação da União Nacional das Associações de Camponeses de Angola (UNACA). Apesar dos esforços feitos pelas autoridades governamentais no sentido de adoptar o cooperativismo e o associativismo como estratégias de apoio ao desenvolvimento rural e, particularmente, da agricultura familiar, estes esforços esbarravam nas questões associadas à falta de participação, decisões centralizadas, economia planificada, etc.

O último período teve início em 1991 e que decorre até aos dias de hoje, marcado essencialmente com abertura ao pluralismo marcado pelas reformas políticas e constitucionais daquele ano e que permitiram a aprovação da Lei 14/91 de 11 de Maio que consagra a liberdade de associação e estabelece as regras que permitem a organização dos cidadãos sob diversas formas (Pacheco, 2006).

Não obstante a abertura proporcionada pelo novo quadro político no país, as experiências do passado continuam a influenciar o comportamento dos membros das actuais cooperativas e associações que se organizam no meio rural. Quase todas as iniciativas neste sentido são impulsionadas por influência externa, ora pelas Estações de Desenvolvimento Agrário em parceria com a UNACA, ora pelas Organizações Não Governamentais, e não por iniciativa própria dos camponeses.

Quando as ideias surgem de fora para dentro das comunidades rurais, primeiro as pessoas organizam-se em cooperativas ou associações e só depois aprendem a definir o que fazer (Marcelino, 2014).

Por sua vez Oliveira (2015), sintetiza as várias fases do cooperativismo em Angola e, reconhece apenas duas fases que marcam o movimento cooperativismo, sendo a primeira fase que abrange o período da administração colonial, em que a implementação das formas de cooperativas modernas a nível das comunidades rurais foram dirigidas durante um curto



período de tempo e em áreas restritas. Com destaque para os sectores da agricultura, nas empresas capitalistas, no abastecimento urbano e em habitação.

A segunda fase do período de transição para independência e que se divide em diferentes períodos, obedecendo as políticas seguidas pelo governo. Onde o cooperativismo agrícola passou a ser encarado como uma forma de organização das comunidades camponesas. Ao longo destas fases foram ensaiadas várias formas para incrementar o dinamismo das cooperativas, apontando como principal via, o reforço do financiamento dos projectos de iniciativas privadas através da concessão de créditos.

Para o fortalecimento das cooperativas, é fundamental o investimento na especialização dos gestores dos serviços e no ajustamento das novas tecnologias, para garantir a produção em grande escala, protegendo o meio ambiente e a manutenção do saneamento básico (Lins et al, 2010).

O cooperativismo para a comunidade angolana não é um conceito novo, pois desenvolve-se a actividade de cooperativismo no seio familiar, através da conhecida kixikila, a preparação para o casamento ou para um óbito. É exercido neste pequeno círculo um sentido de organização e preocupação pelo bem estar social comum (Lussati, 2017).

As cooperativas do sector agrário têm um peso considerável na economia nacional angolana, na medida em que estão envolvidas directamente na luta contra a fome e a redução da pobreza (Tchimuko, 2014).

Por causa da trajetória histórica das cooperativas em angola, eles tendem a ser vistas como uma estratégia de fracasso, havendo, frequentemente, alguma reserva em relação ao papel que estas podem desempenhar no desenvolvimento local, mas inúmeros exemplos mostram o quão importante elas podem ser.

Apesar das limitações existentes, ainda assim, os agricultores familiares e muitas vezes associados em cooperativas são responsáveis pela produção de muitas culturas consumidas no país.

### **2.3.1 O quadro jurídico das cooperativas em Angola**

Em Angola, as pessoais singulares ou colectivas, de forma livre podem constituir cooperativas. É um direito expressamente reconhecido pela Constituição da República de Angola (CRA), no seu Artigo 38º, N.º 2. Estão igualmente, salvaguardadas as garantias da coexistência entre os sectores público, privado e cooperativo (Artigo 92º da CRA).

Por conta das experiências de outros países, com realce para os africanos, onde o cooperativismo teve êxitos económicos e sociais, destacando-se o aumento da produção,

serviços e geração de novos postos de trabalhos, Angola, nas últimas décadas tem demonstrado algum interesse no fomento do cooperativismo.

A perspectiva histórica do cooperativismo em Angola, marcada por varias etapas, com as organizações não governamentais (ONGs) assumirem nos últimos anos um papel central na dinamização das cooperativas, aliado ao contexto internacional, Angola aprovou em 2015 a Lei n.º 25/15 de 31 de Agosto, Lei das cooperativas. Esta Lei tem como base os princípios estabelecidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), sobre as linhas gerais do cooperativismo, a serem rigorosamente observadas no exercício das distintas actividades das cooperativas.

A lei angolana das cooperativas (Lei n.º 25/15) reconhece o sector cooperativo composto pelos ramos Agrário (agrícola, pecuário, florestais), Artesanato, Comercialização, Consumo, Construção, Crédito, Cultura, Ensino e Educação, Habitação, Mineração artesanal e semi-industrial, Pescas e derivados, Saúde, Solidariedade social, Transportes, Ambiente e outros previstos em lei especial.

O ordenamento jurídico angolano, precisava de facto de um instrumento válido para o exercício das actividades das cooperativas, uma vez que os instrumentos na altura existentes, eram considerados desactualizados para o novo quadro político e militar que o país vivia. Por este motivo a aprovação da Lei n.º 25/15, preenche o vazio que se verificava.

Por força da referida Lei, e peca por isto, os diferentes ramos de actividades das cooperativas, implementação e acompanhamento são de competência do titular do poder executivo, no caso o Presidente da República. Apesar de ter a prerrogativas de delegar poderes, tal processo pode beliscar o dinamismo que se pretende para o sector das cooperativas, particularmente as agrícolas.

Os princípios gerais das cooperativas presentes na Legislação angolana, são aqueles enunciados pela ACI, nomeadamente: 1º adesão voluntária e livre; 2º gestão democrática pelos membros; 3º participação económica dos membros; 4º autonomia e independência; 5º educação, formação e informação; 6º inter cooperação; 7º interesse pela comunidade.

São reconhecidas pela Lei angolana das cooperativas, duas categorias de cooperativas. As de primeiro grau e as de segundo grau. As primeiras constituem-se por pessoas singulares e ou colectivas. O foco destas, é a prestação de serviços de forma directa para os seus membros. As segundas também denominadas de grau superior, resultam de uniões de cooperativas, formando federações ou confederações. O seu foco é a coordenação geral das acções das cooperativas filiadas, promovendo em maior escala actividades produtivas e prestação de serviços.

Para ser considerada constituída uma cooperativa de primeiro grau, deverá ter presente uma acta constituinte, assinada pelo número mínimo de membros exigidos, que são 10 membros. As cooperativas de segundo grau podem ser formadas por 2 membros no mínimo, e serão consideradas constituídas por escritura pública.

A lei angolana das cooperativas (Lei n.º 25/15) orienta que de acordo com cada ramo onde a cooperativa se insere o cumprimento rigoroso da legislação específica que regula tal actividade. As cooperativas deverão igualmente ter um estatuto e os órgãos sociais devidamente constituídos.

As cooperativas por imperativo da lei das cooperativas (Lei n.º 25/15) estão sujeitas a registo, só assim podem adquirir a personalidade jurídica. Actualmente estes registos são realizados pelas lojas de registo e conservatórias afectas ao Ministério da Justiça, mediante pagamento de uma taxa de emolumento. Contudo, entende-se que o reconhecimento das cooperativas teria melhor enquadramento e credibilidade se fossem autorizadas pelos órgãos governamentais que tutelam um determinado ramo em que a cooperativa se insere.

O Artigo 22º da Lei das cooperativas estabelece que as pessoas de forma livre e motivadas por qualquer interesse podem formar cooperativas. As pessoas interessadas deverão realizar uma reunião de fundadores, denominada de Assembleia constituinte, que deverá coordenar as actividades, até que se formalizem os estatutos e órgãos sociais da cooperativa.

A mesa da Assembleia de fundadores deverá elaborar uma acta que deve ser assinada pelos membros que se identificam com a nova cooperativa, ademais deverá constar obrigatoriamente, as principais informações da cooperativas, tais como: a deliberação da constituição e a respectiva data, o local da reunião, a denominação da cooperativa, a localização da sede, o objecto da cooperativa, o ramo do sector cooperativo a que pretende, os bens ou direitos, o trabalho ou os serviços com que os membros concorrem, a aprovação do estatuto social da cooperativa, a duração, quando não seja por tempo ilimitado, os titulares dos órgãos da cooperativa para o primeiro mandato, o nome, nacionalidade, estado civil, profissão, residência dos fundadores que aprovam a acta (Artigo 23º Lei das cooperativas).

O estatuto da cooperativa deve conter dentre vários elementos, o nome da cooperativa, a localização da sede, o objecto, o ramo de actividades, âmbito territorial, o capital social inicial, o número de membros, as condições de admissão, suspensão, expulsão, entre outros.

Os estatutos devem igualmente espelhar as normais de funcionamento da Assembleia Geral, as normais de funcionamento dos conselhos de direcção e fiscal, o processo de alteração dos estatutos, os direitos e deveres dos membros, os procedimentos de repartição dos excedentes, as sanções e forma de aplica-las, o modo de alienação de bens da cooperativa, a partilha dos bens da cooperativa em caso de dissolução.

Por força da, lei as cooperativas podem exigir o pagamento de uma joia de admissão, que poderá ser paga de uma só vez ou em várias prestações. Esta joia reverte para reservas legais da cooperativa ou pode ter outro destino conforme conste dos respectivos estatutos.

As cooperativas por lei, também podem ter um fundo próprio, este é resultado do capital social, das receitas pelos serviços prestados, pelos juros resultantes de empréstimos, os excedentes retidos, proveitos das operações realizadas com terceiros, doações e subsídios, outros valores previsto nos estatutos próprios.

No âmbito da execução das actividades que a cooperativa se propõe, elas têm gastos, com material, equipamentos, recursos humanos entre outros. Tais despesas e encargos administrativos, podem ser amparadas no fundo da cooperativa, prevista por Lei.

A admissão de membros, a lei angolana de cooperativas (Lei n.º 25/15), no Artigo N.º 46 estabelece que pode ser membro de uma cooperativa de primeiro grau, toda a pessoa, singular ou colectiva, que desenvolva ou esteja de acordo com os objectivos perseguidos pela cooperativa. O interessado requer à direcção da cooperativa, solicitando a sua admissão, cabendo a direcção a verificação dos requisitos deste, de acordo com aqueles expressos nos estatutos. Caso preencha os requisitos a admissão é imediata, o contrário dá lugar a rejeição.

O funcionamento dos órgãos sociais das cooperativas a luz da lei angolana das cooperativas (Lei n.º 25/15), devem guiar-se observando princípios democráticos. Assim é, que serão consideradas apenas, válidas as deliberações que forem tomadas na presença de mais de metade dos membros em gozo plenos de direitos.

Nos termos dos estatutos, a Assembleia Geral é órgão máximo da cooperativa. Reúne-se em sessões ordinárias e extraordinárias, as suas deliberações são de cumprimento obrigatório para todos os membros e outros órgãos sociais.

Quanto a periodicidade das reuniões, lei angolana das cooperativas (Lei n.º 25/15), estabelece duas reuniões ordinárias, uma de aprovação do orçamento e plano de actividades, outra para apreciação do relatório de conta e de gestão do exercício anterior. A reunião que aprova o orçamento e o plano de actividades para o exercício seguinte, deve ser realizada até 31 de Dezembro de cada ano. Já a segunda reunião a de apreciação e aprovação, deverá ser realizada mediante o parecer do órgão fiscal, e acontece até 31 de Março de cada ano.

As reuniões extraordinárias da Assembleia geral ocorrem quando, convocadas por iniciativa do seu presidente, convocadas a pedido do conselho de direcção ou pelo órgão fiscal e quando requeridas pelo menos um quinto dos membros, num mínimo de seis.

O conselho de direcção é o órgão social responsável pela administração da cooperativa. No exercício das suas actividades e uma vez verificadas insuficiências técnicas no seio dos membros, e caso se justifique, poderá fazer recurso a especialistas externos da cooperativa por meio de

celebração de contratos de trabalho. Os profissionais contratados, deverão trabalhar sob supervisão da direcção. Uma vez por trimestre o conselho de direcção deve reunir-se, e caso haja necessidade reúne-se de forma extraordinária, a pedido do presidente ou da maioria dos membros.

No seu Artigo 78º, N.º1, lei angolana das cooperativas (Lei n.º 25/15), é estabelecido o princípio de fiscalidade. O órgão fiscal é responsável pela supervisão da gestão da cooperativa, é constituído por um presidente e dois vogais. Na ausência do presidente, um dos vogais o substitui. Composições mais alargadas do órgão fiscal, são salvaguardas pela lei das cooperativas, desde que constem nos estatutos da cooperativa.

De acordo com o Artigo 80º lei angolana das cooperativas (Lei n.º 25/15), o presidente do órgão fiscal tem prerrogativas de convocar as respectivas reuniões, que acontecem pelo menos uma vez por quadrimestre. No entanto, o que irá determinar a periodicidade destas reuniões é o volume e a complexidade de actividades da cooperativa.

### **2.3.2 Relação entre cooperativismo e agricultura familiar**

A relevância do cooperativismo como desenvolvedor da agricultura familiar é facilitar a inserção ao mercado de forma directa, através de vendas de conjuntos de produtos produzidos pelos agricultores familiares, proporcionando preços mais justos e eficazes (Alancar, 2015). Além da perspectiva de inserção de mercado os agricultores organizados em cooperativas podem de igual modo obterem vantagens no acesso ao crédito, a assistência técnica, insumos agrícolas, entre outros serviços.

Agricultura familiar refere-se a um meio de organização das produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola, que são gerenciadas e operadas por uma família e predominantemente dependente de mão de obra familiar, tanto de mulheres quanto de homens (FAO, 2013).

Os princípios gerais de funcionamento da agricultura familiar, diferem daqueles de uma unidade de produção capitalista. Na agricultura familiar, regra geral a força de trabalho que movimenta o capital envolvido no processo de produção é o proprietário dos meios de produção. Enquanto que, na empresa capitalista prevalece a base da extração e apropriação do trabalho alheio, o princípio da mais valia (Wanderley, 2008).

A agricultura familiar é a forma predominante de agricultura tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento, sendo desempenhada maioritariamente por mulheres. Existem mais de 400 milhões de agricultores familiares no mundo que, de uma amostra de 93 países, representam uma média de 80% das explorações agrícolas (Silva, 2013).

A análise relativa à agricultura familiar incorpora, em regra, duas dimensões principais. A primeira diz respeito à mão de obra, que é maioritariamente familiar, e a segunda é relativa à

integração e inserção dessas agriculturas no circuito monetário mercantil. Convém nesta lógica referir que as agriculturas familiares da Europa do Sul, embora incorporam algumas características sociológicas idênticas às das africanas, estão completamente integradas nos mercados e estes funcionam com um baixo grau de imperfeição (Correia, 2013).

Neto (2006) define as agriculturas familiares subsharianas como sendo “o conjunto das explorações que utilizam essencialmente mão de obra familiar na produção e reprodução da unidade doméstica, fazendo parte de sistemas económicos mais vastos e parcialmente integrados em mercados que, tal como nas agriculturas camponesas, funcionam com um levado grau de imperfeição. O grau de integração no mercado, a quantidade e o tipo de culturas transacionadas, em regra culturas de exportação (café, algodão, chá por exemplo) que irão diferenciar as agriculturas camponesas das familiares no contexto africano ao sul do Sahara.

De um modo geral, a literatura científica identifica três tipos de trabalho nas agriculturas camponesas e familiares: trabalho familiar, de entreajuda e assalariado. O trabalho familiar diz respeito ao trabalho desenvolvido pelos membros do agregado doméstico, o de entreajuda é efectuado sem ser sujeito a qualquer remuneração, por parte de um familiar ou amigo do produtor. O assalariado é mobilizado no mercado de trabalho em troca de um salário e funda-se numa relação contratual, em que o patrão e assalariado têm deveres e obrigações (Canadas, 2013).

Na agricultura camponesa e familiar predomina os saberes tradicionais. Em grande parte do mundo rural de hoje as práticas e conhecimentos tradicionais estão na base da produção de alimentos e explica a principal distinção entre os sistemas de produção tradicionais e os sistemas de produção convencionais (Glisseman, 2000).

No caso de Angola, o reduzido número de estudos científicos aprofundados, com base empírica, sobre as actuais dinâmicas de funcionamento das agriculturas camponesa e familiar tem dificultado, nomeadamente, a formulação e implementação de acções de desenvolvimento rural (Katiavala, 2015).

A agricultura familiar em angola, hoje, produz a maior parte dos alimentos que chegam a mesa dos angolanos (Katiavala, 2015).

Este facto é confirmado pelo teor apresentado em 2009 no documento “Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) ” onde se salienta que a estrutura agrária angolana é dominada por camponeses e agricultores familiares, cujas explorações representam 99,08% do número total de explorações, ocupando 97% do total da superfície cultivada do país.

Os dados apresentados acima, demonstram claramente a importância da agricultura familiar em relação à agricultura empresarial. No caso angolano, agricultura familiar para além de

contribuir para a maior parte da produção agrícola, também apresenta um grande potencial na criação de postos de empregos de muitas pessoas com destaca para as mulheres.

A importância atribuída ao ciclo de vida da análise do funcionamento das unidades produtivas camponesas e familiar foi introduzida pelo economista agrário Russo Alexandre Chayanov (1830-1930).

Este cientista social focalizou os seus estudos na análise da organização das unidades de produção camponesa do ponto de vista económico, e tomou como referência principal a natureza da força de trabalho na família camponesa.

A linha de pensamento daquele autor publicada em (1974), demonstra que a unidade produtiva camponesa é largamente dependente do ciclo de vida nos seus aspectos etários, tamanho e composição. Um dos aspectos a ter em conta na agricultura familiar é a relação dessa com os circuitos mercantis.

Na agricultura, o processo de mercantilização refere-se a uma situação de crescente interação dos indivíduos com a divisão social do trabalho. Na agricultura familiar dado o seu elevado grau de mercantilização, ocorrem relações diversificadas com os mercados de meio de produção, de produtos e de trabalho (Katiavala, 2015).

Registos apontam para o surgimento da primeira cooperativa agropecuária em Hjedding, na Dinamarca, em 1882, com foco na fabricação e na venda de manteiga aos consumidores finais. A cultura cooperativista busca desenvolver a capacidade intelectual das pessoas de forma criativa, inteligente, justa e harmônica, visando a sua melhoria contínua. Os seus membros buscam resultados económicos, o desenvolvimento social, ou seja a melhoria da qualidade de vida (Gawlak, 2007).

O bom desempenho e o fortalecimento da agricultura familiar estão na dependência da capacidade de articulação dos serviços, factores sociais envolvidos e comprometidos com a agricultura familiar, tais como: movimentos sociais, diversos ministérios, governos, agentes financeiros, ONGs e outros (Toscano, 2003). O certo é que para Angola ainda não é satisfatório o apoio que merecia ser dado aos agricultores familiares por parte dos agentes governamentais.

O cooperativismo veio para confrontar as desigualdades provocadas pela concorrência e exploração de mão de obra, hoje o mesmo se apresenta como forma de inclusão social, onde pequenos grupos ficam grandes quando formam uma cooperativa e a mesma concorre no mercado com as grandes corporações (Alancar, 2015).

De acordo com Batalha (2009) o processo de industrialização da agricultura e, posteriormente o agro industrialização proporcionam ganhos consideráveis de produção e produtividade, principalmente nos sectores que apresentavam vantagens comparativas significativas no comércio agrícola mundial. Apesar de Batalha referir-se no contexto do Brasil,

o facto é que existem evidências de como o cooperativismo para o produtor rural, apresentar uma grande vantagem, uma vez que essa forma de organização comprovadamente aumenta seu nível de renda, apresentando-se, portanto, como uma empresa altamente interessante.

Segundo Alancar (2015) o cooperativismo tem como principal objectivo incluir pequenos agricultores na sociedade globalizada e competitiva, primando os sonhos dos mesmos dentro desse segmento. Outro aspecto a ser ressaltado é o respeito à forma de trabalho de cada família, oferecendo as melhores condições para a execução das actividades, possibilitando maior poder de negociação e organização. Para Alancar (2015), outro factor importante é estabelecer ao agricultor familiar perspectivas para aquisição de uma melhor qualidade de vida, adquirindo maior renda, por produzir produtos com qualidade, boa apresentação e ser forte no comércio local.

A integração cooperativa permite que o produtor, como agente e principal de uma mesma relação contratual, com maior facilidade e estímulo, possa redirecionar seu sistema de produção para as exigências modernas dos consumidores, fazendo uso de mudanças tecnológicas difundidas por sua própria empresa, possibilitando uma resposta com maior eficiência, e, portanto, a coordenação da cadeia pelos consumidores, o que é uma tendência mundial hoje (Batalha, 2009).



### **3. Metodologia de Investigação**

A apresentação do tipo de investigação que permite dar resposta aos objetivos formulados e, dos procedimentos desenvolvidos durante o trabalho de investigação, é feita neste capítulo. Esses procedimentos começaram com a escolha do tema, a identificação das questões de investigação e definição dos objetivos e, a seleção e explicação das etapas e acções a desenvolver. Os objetivos de investigação, as variáveis em estudo, a definição da população-alvo e da amostra, a justificação dos instrumentos usados para a recolha de informação e para seleção dos métodos de análise dos dados, são seguidamente apresentados.

#### **3.1 O problema, as questões de investigação e os objectivos**

Como já anteriormente referido, o principal problema que os agricultores familiares na província do Huambo enfrentam na realização das actividades agrícolas está relacionado, sobretudo, com o acesso aos serviços agrícolas. Assim, como questões de investigação implícitas ao presente estudo, foram formuladas as seguintes:

Em que medida o cooperativismo pode contribuir para promoção dos serviços aos agricultores das zonas rurais?

Os serviços das cooperativas apoiadas pela ADRA na província do Huambo respondem expectativas e as necessidades dos membros?

Quais são os principais factores limitantes das cooperativas apoiadas pela ADRA na província do Huambo?

O objectivo geral deste trabalho foi o de analisar a contribuição das cooperativas apoiadas pela ADRA na promoção do acesso aos serviços agrícolas na província do Huambo. Contribuem para o objetivo geral, objectivos específicos relacionados com caracterizar as cooperativas da Província do Huambo apoiadas pela ADRA, analisar os tipos de serviços dinamizados pelas cooperativas apoiadas pela ADRA na província do Huambo, avaliar o grau de satisfação dos produtores agrícolas sobre os serviços prestados pelas cooperativas apoiadas pela ADRA na província do Huambo, e, identificar as principais limitações de funcionamento e propor melhorias nas cooperativas apoiadas pela ADRA na província do Huambo.

### **3.2 Tipos e etapas de investigação**

Para Malhotra (2011), uma investigação pode ser considerada como exploratória ou conclusiva, englobando estas últimas as descritivas e as causais enquanto Marconi e Lakatos, (2003) as denominam como exploratória, descritiva e experimental.

Uma investigação exploratória tem como principal propósito obter informação que permita conhecer melhor uma determinada situação ou problema e/ou, contextualizar e compreender os fenómenos. A descritiva procura descrever as características de determinada população ou fenómeno e/ou estabelecer relações entre variáveis, usando dados de levantamentos e dedução de hipóteses especulativas que não especificam relações de causalidade (Malhotra, 2011). A pesquisa explicativa tem como objectivo básico a identificação dos factores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de um fenómeno. É o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, pois tenta explicar a razão e as relações de causa e efeito dos fenómenos (Marconi & Lakatos, 2003).

### **3.3 Caracterização da investigação realizada**

O presente estudo, desenvolvido em duas fases, caracteriza-se por ser uma investigação descritiva-conclusiva, suportada numa abordagem quantitativa que procura quantificar dados e aplicar alguma forma de análise estatística (Malhotra & Birks, 2007).

Numa primeira etapa, foi realizada uma pesquisa exploratória sobre o tema do cooperativismo para a qual foram consultadas várias fontes de informação secundária, nomeadamente, estatísticas e publicações oficiais, livros, artigos científicos, teses, relatórios e outros documentos na internet, de modo a elaborar o enquadramento teórico e apresentar a caracterização das seis cooperativas da província do Huambo objecto de estudo, nos municípios da Caála, Bailundo e Longonjo.

A segunda fase, de desenvolvimento da investigação conclusivo-descritiva, consistiu numa recolha de dados suportada em fontes directas de informação primária, através do método de aplicação de questionário, tendo sido construídos e aplicados dois questionários, um a lideranças das cooperativas e outro aos agricultores cooperantes.

### **3.4 Instrumento de recolha de dados**

Como anteriormente referido, os métodos de recolha de dados foram a pesquisa exploratória, tendo sido consultadas diversas fontes de informação secundária sobre o tema do cooperativismo e estatísticas e outros documentos sobre as cooperativas da província do Huambo e a aplicação de dois questionários.

Os inquéritos por questionário, produzidos e realizados para a recolha de dados na análise quantitativa, é um instrumento muito útil pelas suas características. Não apenas possibilita a obtenção e a recolha de dados de modo fácil, eficaz e rápido, como é um bom instrumento para avaliar as opiniões e formas de pensar dos inquiridos, permitindo ainda a obtenção de uma amostra geograficamente mais abrangente (Gil, 2008).

No desenvolvimento dos questionários, conforme sugerido por Gil (2008), teve-se em conta as questões e objectivos da investigação e a informação que lhes daria resposta. Assim, a estrutura do questionário, a quantidade, forma, conteúdo e ordenação das questões, apresentação final do questionário e respectivo pré-teste, refletem esses objectivos.

Os questionários que foram construídos e são apresentados no Anexo 1, integram grandes grupos de questões, na sua maioria, de resposta fechada e/ou de escolha múltipla, redigidas de forma simples, para facilitar a sua compreensão perante qualquer tipo de público, independentemente da sua idade ou habilitações literárias, “(...) de forma a possibilitar que a sua leitura pelo entrevistador e entendimento pelo entrevistado ocorram sem maiores dificuldades” (Gil, 2008). No inquérito às lideranças das cooperativas esses grandes grupos incluem dados gerais da cooperativa, estrutura e funcionamento, lavra colectiva, tipos de serviços prestados aos agricultores, apoios externos recebidos pela cooperativa, principais problemas que a cooperativa enfrenta, perspectivas de desenvolvimento da cooperativa e, percepção da cooperativa sobre a satisfação dos membros acerca dos serviços que presta.

O segundo inquérito, dirigido para os agricultores associados em cooperativas, integra grupos de questões sobre os dados gerais do agricultor, a participação da cooperativa, os serviços recebidos da cooperativa, grau de satisfação em relação aos serviços e, as principais dificuldades encontradas.

O questionário, após a realização de um pré-teste a um grupo de 6 pessoas e de correção das imprecisões e lacunas identificadas com a interpretação das questões, foi considerado finalizado e adequado para aplicação às amostras consideradas.

### 3.4 População e amostra

A população da presente dissertação é constituída por 12 cooperativas agrícolas apoiadas pela ADRA que, no total englobam 400 membros agricultores. Destas foram seleccionadas 6 cooperativas de forma intencional, tendo como critérios de escolha a localização geográfica: duas do município da Caála, duas no município do Longonjo e duas no município do Bailundo, os tipos de serviços dinamizados pela cooperativa, as principais dificuldades, a existência da lavoura colectiva, o estado das vias de acesso (estradas), a participação de membros e distância com a sede capital da província.

Da totalidade dos 243 membros agricultores das 6 cooperativas, tomou-se uma amostra não probabilística de conveniência de 171 agricultores. A Distribuição de agricultores por cooperativa no conjunto das seis seleccionadas, apresenta-se no Quadro 1.

Quadro 1 – Distribuição de agricultores por cooperativa

Município	Cooperativa	Número de Membros		Total
		Homens	Mulheres	
Caála	Bem vindo	26	11	37
	Cintura Verde	20	21	41
Longonjo	Flor do Campo	14	12	26
	Tuasanjuca	17	50	67
Bailundo	Sementes do Planalto	8	9	17
	kupemba	34	21	55
Total	6	119	124	243

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelas lideranças das cooperativas

Assim, a população e amostra do presente estudo é a que se apresenta no Quadro 2:

Quadro 2 – População e amostra

Total de Cooperativas	Cooperativas Estudadas	Percentagem	Total de membros	Membros entrevistados	Percentagem
12	6	50	243	171	70,37

Fonte: Elaboração própria

### 3.5 Trabalho de campo

No que diz respeito ao trabalho de campo, os questionários foram aplicados ao público-alvo, de forma directa por entrevista face a face. Após a reestruturação final dos questionários, realizada depois dos pré-testes, estes foram oficialmente realizados, durante o período entre 21

de Março e 8 de Maio de 2019. As entrevistas foram agendadas sempre com uma semana de antecedência e realizadas separadamente. No local marcado, se reunia primeiro com todos (líderes e membros da cooperativa), para dar a conhecer o motivo do encontro, apresentar a metodologia de trabalho e permitir maior familiarização entre as partes. De seguida se realizava a entrevista com o líder da cooperativa na presença de membros do conselho fiscal e mesa de assembleia, com o objectivo de conceder maior transparência e de certo modo validar as informações que eram fornecidas pelo líder. As entrevistas com os membros agricultores foram feitas de forma individual o que permitiu que estes expressassem de forma livre as suas opiniões.

### **3.6 Tratamento de dados**

Após a obtenção da informação proveniente dos questionários aplicados, o tratamento dos dados foi feito com recurso ao software estatístico SPSS, versão 24.0, a partir do qual foi criada uma base de dados para posterior análise através do método de estatística descritiva, comparação de médias, Teste F e P-value. Este método permitiu realizar o estudo das frequências dos fenómenos e das relações entre as variáveis. Os resultados da análise quantitativa são apresentados em quadros e gráficos, com o auxílio do Excel, para facilitar a sua interpretação.

## 4. Análise e Discussão dos Resultados

O foco deste capítulo é análise e discussão dos resultados obtidos. Inicia-se com a caracterização da área de estudo e das cooperativas objecto de estudo, seguindo-se a caracterização da amostra, a análise dos tipos de serviços dinamizados pelas cooperativas, a avaliação do grau de satisfação dos produtores agrícolas sobre os serviços prestados pelas cooperativas e, a identificação das principais limitações de funcionamento das cooperativas apoiadas pela ADRA na província do Huambo.

### 4.1 Caracterização das Cooperativas na Província do Huambo Apoiadas pela ADRA

As cooperativas estudadas estão localizadas na província do Huambo. A província do Huambo, está localizada no planalto central de Angola, classificado por Diniz (1973) como zona agrícola nº 24, corresponde à superfície planáltica de maior altitude do território angolano, em grande parte situada acima da curva de nível dos 1500 m. Esta zona delimita a distribuição geográfica das populações Ovimbundu e caracteriza-se por uma densa ocupação agrícola e comercial. A província do Huambo é constituída por 11 municípios Huambo, Caála, Bailundo, Longuimbali, Ekunha, Longonjo, Ukuma, Chinjenje, Catchiungo, Mungo e Tchicala Tcholohanga. A Norte faz fronteira com a província do Kwanza – Sul, a Este com o Bié, a Sul com a Huila e a Oeste com a província de Benguela (Figura 1).

De acordo com os dados do censo populacional realizado em 2014 pelo Instituto nacional de Estatística de Angola (INE), a população do Huambo é predominante rural. A população da província do Huambo é de 1.896.147 habitantes, dos quais 53% (1.010.850) reside em áreas rurais. O Quadro 3, apresenta a distribuição da população por município no Huambo.

Quadro 3 Distribuição da população por município na província do Huambo

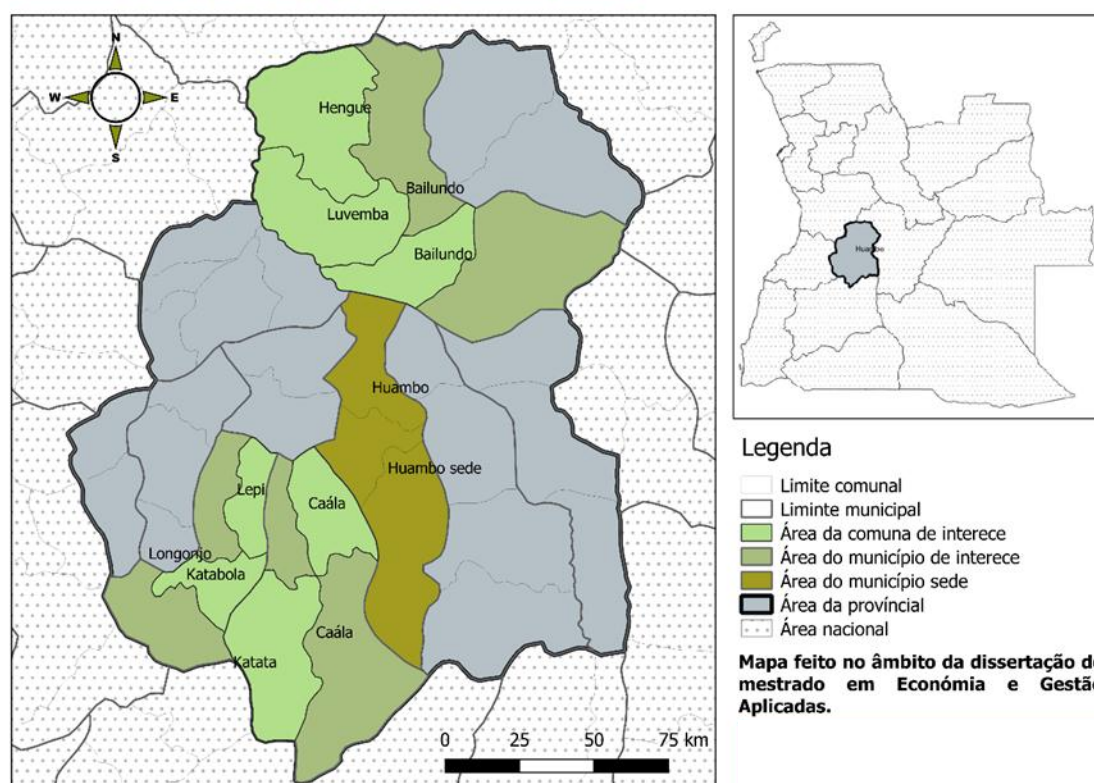
Nome do Município	Número de habitantes	Percentagem
Huambo	665.574	35,1
Caála	259.483	13,7
Bailundo	282.150	14,9
Longuimbali	124.448	6,6
Ekunha	78.848	4,2
Longonjo	86.795	4,6
Ukuma	42.687	2,3
Chinjenje	28.197	1,5
Catchiungo	115.622	6,1
Mungo	110.429	5,8
Tchicala Tcholohanga	101.914	5,4
<b>Total</b>	<b>1.896.147</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INE (2014)

A principal actividade da província do Huambo é agricultura, apesar da baixa fertilidade dos solos, o agricultor desta região soube tirar proveito do meio e das diversas condições fisiográficas (Diniz, 2006).

Figura 1. Mapa dos locais estudados

**Mapa territorial do Huambo referente ao estudo sobre serviços agrícolas, nas cooperativas agrícolas nas comunas de Bailundo, Luvemba e Hengue (Bailundo), Catabola e Lépi (Longonjo), Caála e Katata (Caála).**



Fonte: Elaboração do autor com apoio do laboratório de SIG e Teledeteção da FCA-UJES.

A actividade agrícola nesta região, bem como de todo país de uma forma geral, se caracteriza por dois tipos ou sectores agrários, nomeadamente o sector da agricultura familiar, que é o predominante, e o sector empresarial (Lins, 2003).

De acordo com a zonagem agrícola introduzida pelo Ministério da Agricultura de Angola, a província do Huambo encontra-se localizada na região III, de agricultura mais intensa por apresentar uma melhor distribuição de chuvas e um clima que permite a utilização de uma maior gama de culturas (Sapalo, 2015).

Nesta zona, a agricultura praticada utiliza mais de forma intensiva insumos como adubos, pesticidas, tracção animal e mecânica. As principais culturas são o milho, trigo, arroz, batata

rena, batata doce, feijão, mandioca, arroz, cana de açúcar, amendoim, gergelim, tabaco e hortofrutícola. As principais fruteiras são os citrinos, abacateiro, pereira, pessegueiro, macieira, bananeira e mangueira (MINADER, 2007).

Todas as cooperativas inquiridas apresentam membros sócios agricultores do sexo masculino e do sexo feminino, cujo número é bastante variável por cooperativa (Quadro do Anexo 2). A participação dos membros na vida da cooperativa faz-se através da sua presença na assembleia de membros que se realiza anualmente e na lavra colectiva. Esta lavra colectiva, agricultura feita e prol da cooperativa, é feita pelos seus membros em terrenos que são pertença das cooperativas, quer com posse própria ou arrendada. O grande objectivo da lavra é conseguir receitas para financiar as actividades das cooperativas. O tempo despendido pelos membros nesta lavra, é maioritariamente um dia por semana. Todas as cooperativas têm uma direcção, um conselho fiscal e uma assembleia de membros cuja frequência de reuniões é bastante variável. Os membros na maioria das cooperativas pagam joia e quota. Uma parte das cooperativas possui um fundo, cuja origem é própria e ou com apoio externo, para fornecer crédito aos agricultores cuja taxa de juro é variável por cooperativa.

Das doze cooperativas estudadas aprofundamos o seu estudo seis cooperativas, através dos inquéritos aos seus membros os agricultores. Por essa razão apresentamos de seguida uma pequena resenha para cada uma delas.

#### **4.1.1 Cooperativa Bem Vindo**

Tem a sua sede na comuna sede do município da Caála. Fica a 23 quilómetros do município do Huambo que é a capital da província do Huambo, a estrada é asfaltada. Fundada em 2010, actualmente conta com um total de 37 membros, sendo 26 homens e 11 mulheres. Tem estatuto e está devidamente legalizada. Possui as seguintes estruturais sociais: conselho de direcção, conselho fiscal e a mesa de assembleia.

Os conselhos de direcção e fiscal reúnem-se uma vez por trimestre e as assembleias de membros são realizadas uma vez por ano. Para ser membro desta cooperativa, o interessado paga uma joia no valor de 20.000,00 (vinte mil Kwanzas). Os membros não pagam quotas, salvo eventuais contribuições, cujo valor a ser contribuído vai de acordo com a natureza de cada evento.

A cooperativa tem uma lavra colectiva de 10 hectares, cuja a terra é arrendada, por um valor bianual de 40.000,00 (quarenta mil Kwanzas). A principal cultura nesta lavra é a batata rena e o destino da produção é a venda.



O objectivo principal desta lavra é o autofinanciamento da cooperativa. A participação dos membros na lavra colectiva é obrigatória e é, uma vez por semana, a não participação é penalizada com uma multa por cada dia faltado de 500,00 (quinhentos Kwanzas).

Apesar da existência da lavra colectiva, cada membro tem a sua lavra, onde a produção agrícola e as vendas dos produtos são realizadas de forma individual.

A cooperativa tem actualmente, uma caixa comunitária com um fundo de 1.471.000,00 (Um milhão e quatrocentos e setenta e um mil Kwanzas), resultante de contribuições dos membros e de um apoio financeiro da ADRA. Este fundo é usado para dar crédito aos agricultores, que no momento do reembolso pagam uma taxa de 10%.

#### **4.1.2 Cooperativa Cintura Verde**

Tem a sua sede na aldeia de Caitica, comuna da Katata do município da Caála e fica a 103 quilómetros com o município capital da província do Huambo. Fundada em 2015, conta com um total de 41 membros, sendo 20 homens e 21 mulheres. Tem estatuto e esta devidamente legalizada. Possui as seguintes estruturais sociais: conselho de direcção, conselho fiscal e assembleia dos membros.

O conselho de direcção reúne-se uma vez por semana, o conselho fiscal tem as suas reuniões uma vez por semana e as assembleias anuais de membros são realizadas.

Para ser membro desta cooperativa tem que ser residente da aldeia e pagar uma joia no valor de 5.000,00 (Cinco mil Kwanzas). A quota é mensal no valor de 200,00 (duzentos Kwanzas).

A cooperativa possui uma lavra colectiva de aproximadamente 1,5 hectares, cuja a terra é arrendada e paga-se com a mão de obra (uma vez por semana os membros trabalham na lavra do proprietário da terra). A principal cultura nesta lavra é o repolho, o destino da produção é a venda.

O objectivo principal desta lavra é o auto financiamento da cooperativa. A participação dos membros na lavra colectiva é obrigatória.

A cooperativa tem actualmente uma caixa comunitária com um fundo de 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil Kwanzas), resultante de contribuições dos membros e de um apoio financeiro do IDA. Este fundo é usado para dar crédito aos agricultores, que no momento do reembolso pagam uma taxa de 15%.

#### **4.1.3 Cooperativa Flor do Campo**

Tem a sua sede na comuna do Lepi, município do Longonjo, província do Huambo, foi fundada em 2010 com um total de 26 membros, sendo 14 homens e 12 mulheres. Tem estatuto e esta devidamente legalizada. Possui as seguintes estruturais sociais: conselho de direcção, conselho fiscal e assembleia dos membros.

O conselho de direcção reúne-se uma vez por trimestre, o conselho fiscal tem as suas reuniões uma vez por mês e as assembleias anuais de membros são realizadas.

Para ser membro desta cooperativa basta pagar uma joia no valor de 10.000,00 (Dez mil Kwanzas). A quota é mensal no valor de 100,00 (Cem Kwanzas).

A cooperativa possui uma lavra colectiva de 4 hectares, cuja a terra é arrendada, por um valor anual de 40.000,00 (Quarenta mil Kwanzas). As principais culturas nesta lavra são o tomate, cebola e repolho, o destino da produção é a venda.

O objectivo principal desta lavra é o auto financiamento da cooperativa. A participação dos membros na lavra colectiva é obrigatória uma vez por semana, a não participação por várias vezes é penalizada com a expulsão da cooperativa.

Apesar da existência da lavra colectiva, cada membro tem a sua lavra, onde a produção agrícola e as vendas dos produtos são realizadas de forma individual.

A cooperativa tem actualmente uma caixa comunitária com um fundo de 1.400.000,00 (Um milhão e Quatrocentos Mil Kwanzas), resultante de contribuições dos membros e de um apoio financeiro do IDA. Este fundo é usado para dar crédito aos agricultores, que no momento do reembolso pagam uma taxa de 20%.

#### **4.1.4 Cooperativa Tuasanjuca**

Tem a sua sede na comuna da Katabola do município do Longonjo, província do Huambo, foi fundada em 2013, conta com um total de 67 membros, sendo 17 homens e 50 mulheres. Tem estatuto e esta devidamente legalizada. Possui as seguintes estruturais sociais: conselho de direcção, conselho fiscal e assembleia dos membros.

O conselho de direcção reúne-se uma vez por mês, o conselho fiscal tem as suas reuniões uma vez por trimestre e as assembleias anuais de membros são realizadas.

Para ser membro desta cooperativa tem que ser residente da comuna e não paga joia, a quota é mensal no valor de 100,00 (Cem Kwanzas).

A cooperativa possui uma lavra colectiva de aproximadamente 2 hectares, cuja a terra é propriedade da cooperativa. As principais culturas nesta lavra são o milho, feijão, couves e soja. O destino da produção é a venda.

O objectivo principal desta lavra é o auto financiamento da cooperativa. A participação dos membros na lavra colectiva é obrigatória.

A cooperativa tem actualmente uma caixa comunitária com um fundo de 1.320.000,00 (Um Milhão e Trezentos e Vinte Mil Kwanzas), resultante de um apoio financeiro do IDA. Este fundo é usado para dar crédito aos agricultores, que no momento do reembolso pagam uma taxa de 25%.

#### **4.1.5 Cooperativa Sementes do Planalto**

Tem a sua sede na comuna sede do município do Bailundo, província do Huambo, foi fundada em 2015 com um total de 17 membros, sendo 8 homens e 9 mulheres. A cooperativa é legalizada e tem estatuto. Possui as seguintes estruturais sociais: conselho de direcção, conselho fiscal e assembleia dos membros.

O conselho de direcção reúne-se uma vez por mês, o conselho fiscal tem as suas reuniões uma vez por trimestre e não são realizadas as assembleias anuais de membros (as assembleias acontecem no intervalo de cada 2 anos e correspondem a renovação de mandatos).

Para ser membro desta cooperativa o interessado paga uma joia no valor de 10.000,00 (Dez mil Kwanzas). Os membros pagam uma quota mensal de 200,00 (Duzentos Kwanzas).

A cooperativa possui uma lavra colectiva de 200 hectares, cuja a terra é pertença da cooperativa. As principais culturas nesta lavra são o milho, o feijão e a batata doce, o destino da produção é a venda.

O objectivo principal desta lavra é o auto financiamento da cooperativa. A participação dos membros na lavra colectiva é obrigatória e é, uma vez por semana, a não participação é penalizada com a suspensão do exercício de funções nos órgãos sociais (caso o membro exerça uma função), e não eleição ou indicação para o exercício de funções nos órgãos sociais (caso o membro não exerça uma função).

Apesar da existência da lavra colectiva, cada membro tem a sua lavra, onde a produção agrícola é feita de forma individual, à posterior entrega os seus produtos para cooperativa que irá vender e entregar o dinheiro das vendas ao agricultor.

#### **4.1.6 Cooperativa Kupemba**

Tem a sua sede na aldeia de Tchiquenlu, comuna do Hengue, município do Bailundo, fica a 169,4 quilómetros com o município capital da província do Huambo, 148,5 Km de estrada asfaltada e 20,9 Km de estrada completamente degradada. Fundada em 2012, conta com um total de 55 membros, sendo 34 homens e 21 mulheres. Tem estatuto e esta devidamente legalizada.

Possui as seguintes estruturais sociais: conselho de direcção, conselho fiscal e assembleia dos membros.

O conselho de direcção reúne-se uma vez por mês, o conselho fiscal tem as suas reuniões uma vez por mês e as assembleias de membros são igualmente realizadas uma vez por mês.

São membros desta cooperativa todas aquelas pessoas que se identificam com os objectivos da cooperativa, não se paga joia, a quota é mensal no valor de 200,00 (duzentos Kwanzas).

A cooperativa possui uma lavra colectiva de aproximadamente 3 hectares, cuja a terra é propriedade da cooperativa. A principal cultura nesta lavra é o feijão. O destino da produção é a venda.

O objectivo principal desta lavra é o auto financiamento da cooperativa. A participação dos membros na lavra colectiva é obrigatória.

A cooperativa tem actualmente uma caixa comunitária com um fundo de 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil Kwanzas), resultante de um apoio financeiro do IDA. Este fundo é usado para dar crédito aos agricultores, que no momento do reembolso pagam uma taxa de 9%.

#### 4.1.7 Resultados dos agricultores em relação o factor cooperativa

Neste ponto apresentamos o Quadro 4, que estabelece a comparação das cooperativas em relação ao sexo, idade, nível de estudo, números de filhos, número de culturas agrícolas e nível de satisfação dos agricultores em relação aos serviços recebidos.

**Quadro 4.** A cooperativa como factor determinante

<b>Factor</b>	<b>Cooperativas</b>							
<b>Variável</b>	<b>Sementes do Planalto</b>	<b>Bem Vindo</b>	<b>Flor do Campo</b>	<b>Tuasanjuca</b>	<b>Cintura Verde</b>	<b>Kupemba</b>	<b>Teste F</b>	<b>P-value</b>
Sexo	1,3	1,4	1,3	1,5	1,4	1,4	0,450	0,813
Idade	47	47	42	45	46	43	0,658	0,656
Nível de estudo	2	1,8	1,6	1,8	1,9	2,3	1,801	0,115
Nº de filhos	6	4	5	6	6	5	1,363	0,241
Nº de culturas	4	4	4	4	3	3	1,972	0,085
Nível de satisfação	2,8	3	2	3	3	3	1,559	0,174

No que diz respeito às variáveis apresentadas no Quadro 4, verificamos que não existem diferenças significativas. Apesar de não serem significativos verificamos as seguintes tendências: em relação ao sexo, a cooperativa Tuasanjuca é aquela que tem maior número de membros do

sexo feminino, os agricultores da cooperativa Flor do campo são os que menos idade têm, níveis de estudo baixos e apresentam níveis baixos de satisfação com os serviços prestados pela cooperativa. A Bem vindo é a cooperativa que tem menor número de filhos por agricultores, as cooperativas Cintura verde e a Kupemba, praticam menos culturas.

## **4.2 Caracterização da amostra**

Neste ponto é apresentado o perfil dos líderes das cooperativas e dos agricultores, com realce para o género, idade, escolaridade, situação laboral, as lavras e os principais tipos de culturas agrícolas praticadas pelos agricultores.

### **4.2.1 Perfil dos líderes**

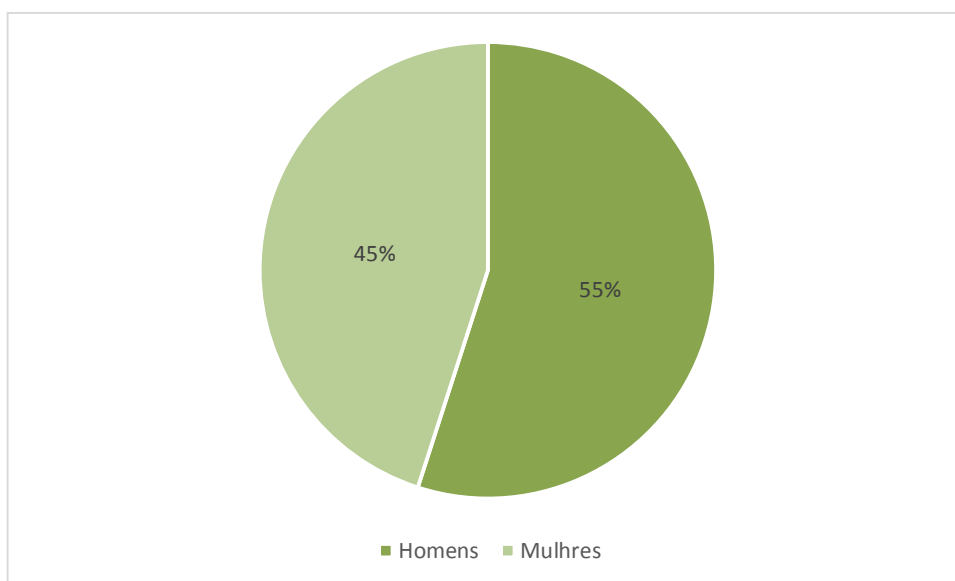
Todas cooperativas estudadas têm como líder um homem. Destes 16,7 % tinham entre 40 e 50 anos de idade, 16,7 % mais que 60 anos e 66,7 % tinha uma idade entre 50 e 60 anos de idade. Verificou-se que dos 6 líderes, um deles não tinha nenhuma habilitação literária (sem estudos). Os demais tinham frequentado a escola. Destes o nível de escolaridade mais alto é a 12ª classe e o mais baixo é a 4ª classe. A situação laboral dos líderes é a seguinte: 5 são agricultores a tempo inteiro (1 é reformado do serviço militar e 4 nunca exerceram qualquer outra actividade profissional) e um é agricultor a tempo parcial (é actualmente enfermeiro).

Os líderes não se dedicam exclusivamente à gestão das cooperativas e não têm ordenados mensais pelos trabalhos que prestam. Porém são os primeiros a beneficiarem de um eventual apoio externo (fertilizantes, enxadas, crédito monetário, entre outros). Os líderes têm as suas lavras particulares onde passam maior parte de seu tempo laboral.

### **4.2.2 Perfil dos agricultores**

A distribuição dos agricultores por género se apresenta na Figura 2 sendo a maioria dos membros das cooperativas do sexo masculino.

Figura 2 Género dos Inquiridos



Os agricultores têm uma idade média de 45 anos, agricultor mais novo tinha 16 anos de idade e o mais velho tinha 86 anos de idade. O Quadro 5, apresenta os resultados do factor sexo, em relação a idade, nível de estudo, número de filhos, número de culturas agrícolas e nível de satisfação dos agricultores pelos serviços prestados pela cooperativa.

**Quadro 5.** O sexo como factor determinante

Factor	Sexo			
	Masculino	Feminino	Teste F	p-value
Idade	47	43	4,837	0,029
Nível de estudo	2	1,6	18,032	0,000
Nº de filhos	6	5	2,29	0,132
Nº de culturas	3	4	0,937	0,334
Nível de satisfação	2,8	2,8	0,023	0,879

No que diz respeito ao sexo verificamos que somente a idade apresenta diferenças significativas, os homens apresentam mais idade. Apesar de não serem significativos verificamos as seguintes tendências: os homens têm maiores níveis de estudo e maior número de filhos. As mulheres praticam mais culturas agrícolas, e os níveis de satisfação com os serviços prestados pelas cooperativas, são baixos para os dois géneros.

A sua distribuição por classes de idade é bastante homogénea, sensivelmente metade está abaixo dos 45 anos e a outra metade acima dos 45 anos. O Quadro 6, apresenta os resultados do factor classe de idade em relação ao sexo, nível de estudo, número de filhos, número de culturas agrícolas.

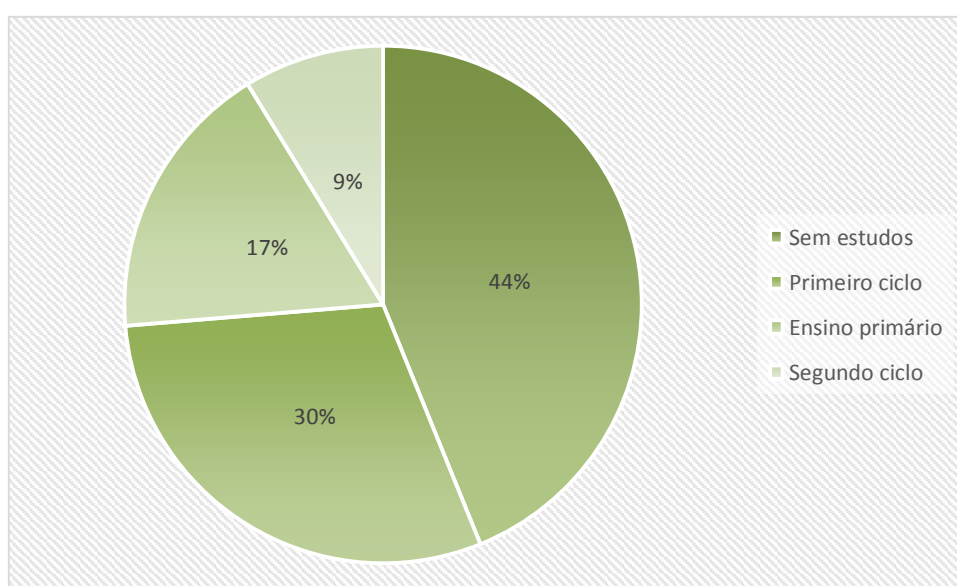
**Quadro 6.** A idade como factor determinante

Factor	Idade				
Variável	<=40 anos	>40 anos e <= 60 anos	> 60 anos	Teste F	p-value
Sexo	1,4	1,4	1,1	3,345	0,038
Nível de estudo	2	1,8	1,9	0,957	0,386
Nº de filhos	5	6	5,4	1,559	0,213
Nº de culturas	3	4	3	1,228	0,296
Nível de satisfação	2,7	3	3	1,737	0,179

No que diz respeito às classes de idade verificamos que somente o sexo apresenta diferenças significativas, especialmente para o grupo de agricultores mais velhos, em que a presença das mulheres é reduzida, mas em todas as classes de idade predominam os homens. Apesar de não serem significativos verificamos as seguintes tendências: os mais novos têm maiores níveis de estudo, os de idade intermédia têm maior número de crianças e praticam mais culturas agrícolas, e os mais novos apresentam níveis mais baixos de satisfação com os serviços prestados pelas cooperativas.

Em termos de escolaridade a maioria não tinha estudos, conforme se apresenta na Figura 3. Os agricultores com ensino primário e segundo ciclo representam somente 26% do total dos agricultores inquiridos.

**Figura 3–** Escolaridade dos Inquiridos



O Quadro 7. Apresenta os resultados do factor nível de estudo, em relação ao sexo, idade, número de filhos, número de culturas agrícolas e nível de satisfação pelos serviços prestados pelas cooperativas.

**Quadro 7.** O Nível de estudo como factor determinante

<b>Factor</b>	<b>Nível de estudo</b>				
<b>Variável</b>	<b>Sem estudos</b>	<b>Primário</b>	<b>1º e 2º ciclo</b>	<b>Teste F</b>	<b>p-value</b>
Sexo	1,6	1,3	1,3	10,765	0,000
Idade	47	41	44	2,197	0,114
Nº de filhos	5	6	6	1,125	0,327
Nº de culturas	3,6	3,5	3,4	0,172	0,842
Nível de satisfação	2,5	3	3	7,264	0,001

No que diz respeito ao nível de estudo verificamos que somente o nível de satisfação apresenta diferenças significativas, especialmente para o grupo de agricultores sem estudos, em que não estão satisfeitos com os serviços prestados pela cooperativa. Apesar de não serem significativos verificamos as seguintes tendências: os homens têm maiores níveis de estudo, os de menor de idade têm maior nível de estudo, os que não têm estudos têm menor número de filhos e praticam mais culturas agrícolas.

A maioria dos agricultores inquiridos não tinha outro emprego formal fora da agricultura, apenas eram agricultores. Existem casos isolados de agricultores que exercem em pequena escala ofícios como: pedreira, carpintaria e alfaiataria. O Quadro 4 apresenta os resultados da situação laboral.

**Quadro 8.** Situação Laboral

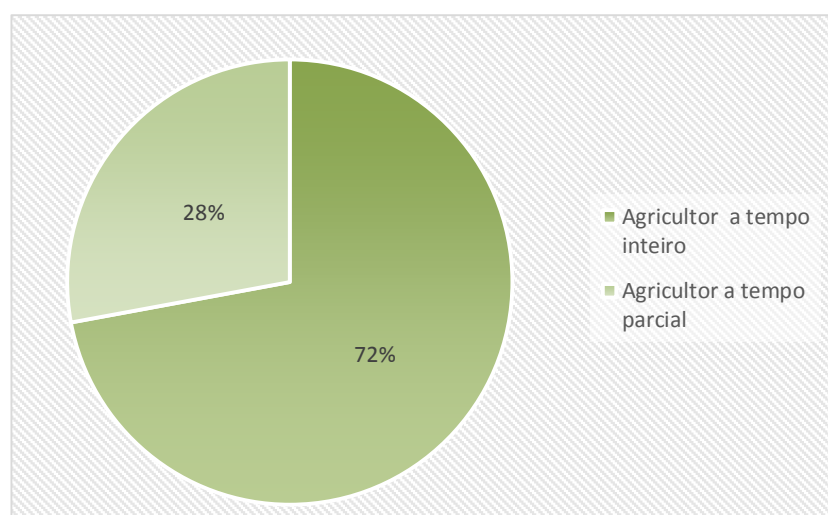
<b>Situação Laboral</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
Reformado	2	1,2
Conta de outrem	3	1,8
Estudante	1	0,6
Agricultor	165	96,5

Este facto, se atribui por um lado na falta de oportunidade de empregos nas zonas estudadas, não existem estruturais (mau estado das estradas, escolas, hospitais, centros de formação profissional, centros de aquisição, entre outras) capazes de estimular a iniciativa privada, tão pouco se conhece uma intervenção efectiva do governo que promove o emprego



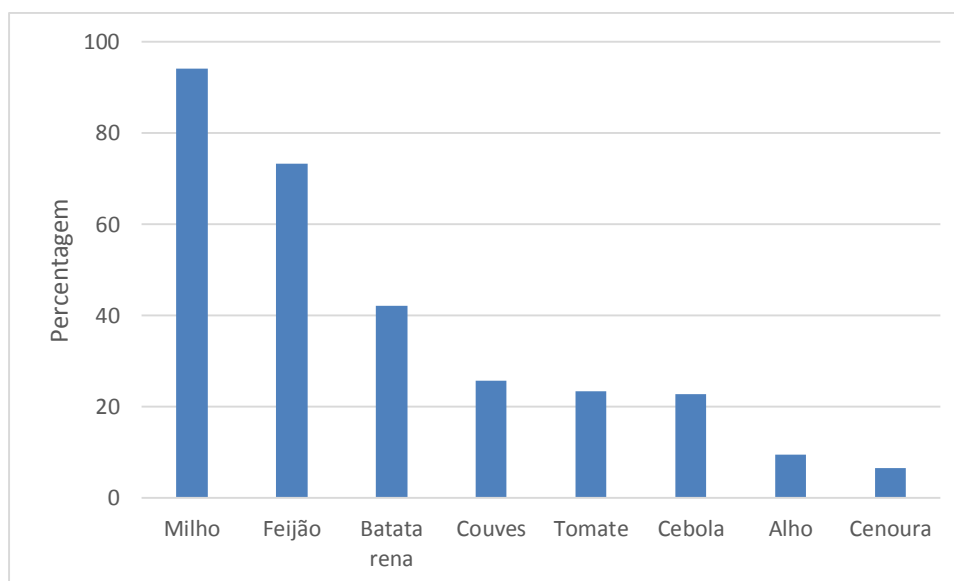
nestas localidades. Também, associa-se a esta situação o facto de maior parte dos agricultores não ter frequentado uma escola, o que reduz a chance de conseguir um emprego (os poucos postos de trabalho que existem em algumas localidades, são ocupados por pessoas que vêm dos centros urbanos). Por conta da idade avançada dos agricultores, estes apostam na formação de seus filhos (que em muitos casos, são enviados para os centros urbanos onde encontram alguma alternativa de formação). A situação laboral destas zonas tem obrigado a juventude a emigrar para as cidades a busca de uma oportunidade de emprego, este facto facilmente se confirma pela idade dos agricultores inquiridos. Pelo exposto acima, a maioria dos inquiridos dedica-se apenas à agricultura a tempo inteiro, tal como se observa na Figura 4.

Figura 4 – Ocupação



As lavras individuais destes agricultores têm diversos tipos de culturas. Do número total dos agricultores inquiridos, 32,2 % tinha três tipos de culturas agrícolas, 24 % tinha quatro tipos de culturas agrícolas, 20,5 % tinha dois tipos de culturas agrícolas, 9,9 % tinha cinco tipos de culturas agrícolas, 0,6 % tinha nove tipos de culturas agrícolas, 5,8 % tinha seis tipos de culturas agrícolas, 4,1 % tinha sete tipos de culturas agrícolas e 2,3 % tinha apenas um tipo de cultura agrícolas. A Figura 5, apresenta as principais culturas agrícolas que os agricultores têm nas suas lavras em que se destaca as culturas de autossubsistência alimentar o milho e o feijão.

Figura 5. Principais tipos de culturas nas lavras dos agricultores



### 4.3 Lavra colectiva da cooperativa

A lavra colectiva é uma propriedade da cooperativa, pensada para gerar receitas de maneiras a atender os associados. Assim, este ponto analisa aspectos ligados a existência ou não da lavra, as dimensões, a titularidade da terra, a participação dos membros e avaliação da cooperativa sobre o contributo desta lavra para o seu desenvolvimento. Por fim a perspectiva dos agricultores sobre esta lavra.

#### 4.3.1 Do lado das Cooperativas

Todas as cooperativas têm uma lavra colectiva, as dimensões aproximadas das lavras e a titularidade da terra, são apresentados no Quadro 5. Como se pode observar a dimensão da lavra é variável, dominando a pequena dimensão, enquanto a titularidade está distribuída entre arrendamento (50%) e posse da cooperativa (50%).

Quadro 9 Dimensão da lavra da cooperativa e titularidade da terra

Nome da Cooperativa	Dimensões das lavras em hectares	Titularidade da terra	Forma de pagamento da renda
Bem vindo	10	Arrendada	40000 AKZ por 2 anos
Cintura verde	1,5	Arrendada	Pagam com mão de obra*
Flor do campo	4	Arrendada	40000 AKZ
Tuasanjuca	2	Cooperativa	
Sementes do planalto	200	Cooperativa	
Kupemba	3	Cooperativa	

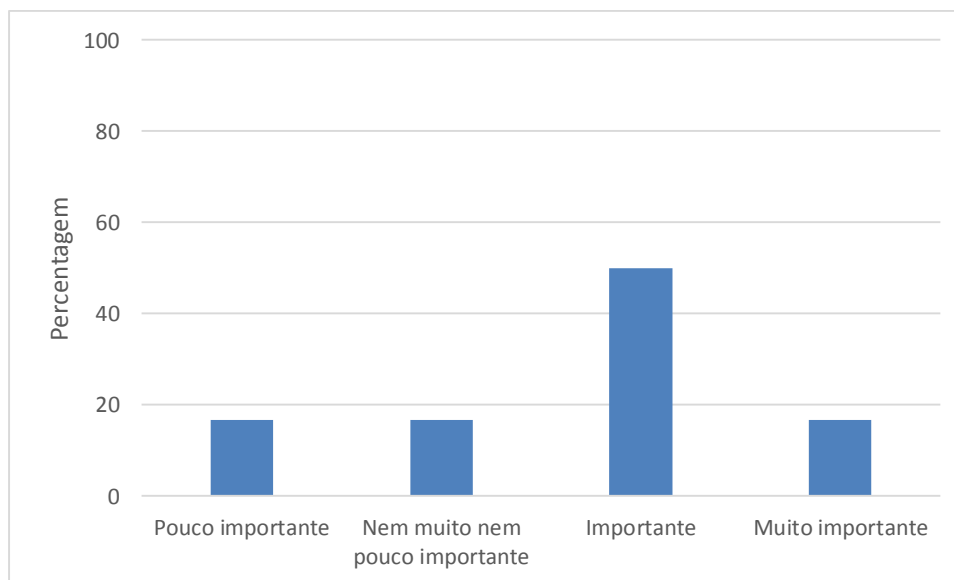
\*uma vez por semana os membros da cooperativa trabalham na lavra do proprietário da terra.

As razões da existência da lavra colectiva da cooperativa é o financiamento da cooperativa, de acordo com informações de cinco cooperativas o que corresponde a 83 % da amostra. Apenas uma cooperativa considera as razões da existência da lavra colectiva ser para além do financiamento o consumo dos membros.

Sobre a tomada da decisão da produção da lavra a maioria (67%) das cooperativas, consideram que ela é tomada pela direcção da cooperativa. As outras cooperativas, afirmam que as decisões da produção são tomadas pela reunião dos membros com a direcção da cooperativa. O destino da produção da lavra colectiva, as decisões são tomadas pela direcção da cooperativa em reunião com os membros.

Os membros que não participam da lavra colectiva não recebem os benefícios da lavra. A ausência no dia da lavra colectiva, pode ser compensada com o pagamento de um valor monetário, regra geral o valor da diária são 500,00 (Quinhentos Kwanzas). A Figura 6 apresenta os resultados sobre a avaliação da participação dos membros na lavra colectiva. A participação dos membros na lavra colectiva foi considerada importante por três das cooperativas, das outras três cooperativas, uma considera tal participação como nem muito nem pouco importante, outra pouco importante e outra muito importante.

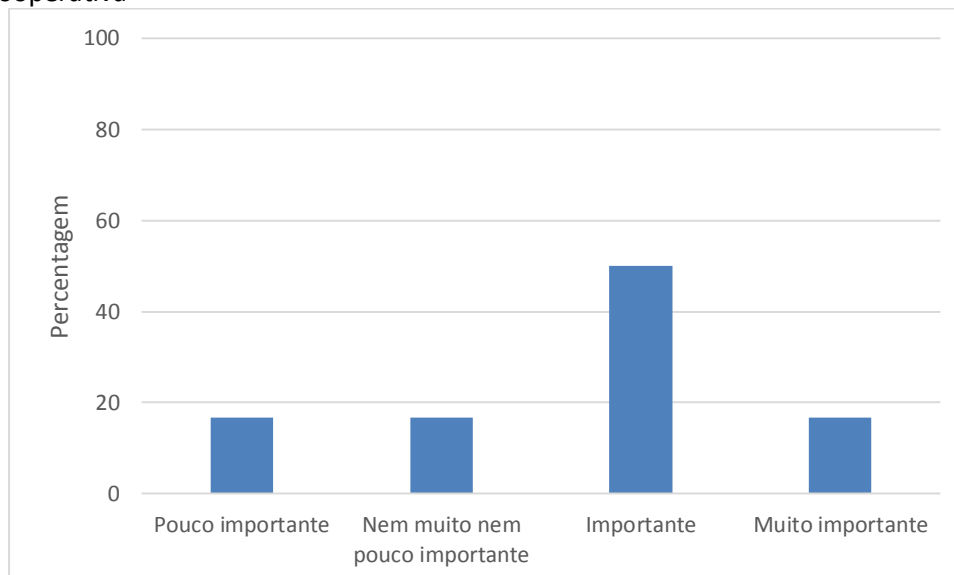
Figura 6. Avaliação da cooperativa sobre a participação dos membros na lavra colectiva



Assim as cooperativas consideram importante ou muito importante o contributo da lavra colectiva para o desenvolvimento da cooperativa. Esta importância é atribuída ao facto de a

lavra colectiva gerar receitas para o fundo da cooperativa. A Figura 7, apresenta os resultados da avaliação do contributo da lavra colectiva para o desenvolvimento da cooperativa.

Figura 7. Avaliação da cooperativa sobre o contributo da lavra colectiva para o desenvolvimento da cooperativa



O principal destino da produção da lavra colectiva é a venda. A participação na lavra colectiva é feita uma vez por semana.

#### 4.3.2 Do lado dos agricultores

Dos agricultores inquiridos, 96,5 % afirma participar das actividades da lavra colectiva. Estes consideram importante a sua participação uma vez que desta lavra sai a receita para o fundo da cooperativa. Dos que não participam (3,5 %) dizem não participar destas actividades por não verem o real contributo da referida lavra para o desenvolvimento da cooperativa. O Quadro 10, apresenta o resultado da participação dos agricultores da lavra colectiva.

**Quadro 10.** Participação dos agricultores da lavra colectiva

Participa da lavra colectiva	Frequência	Porcentagem
Sim	165	96,6
Não	6	3,5

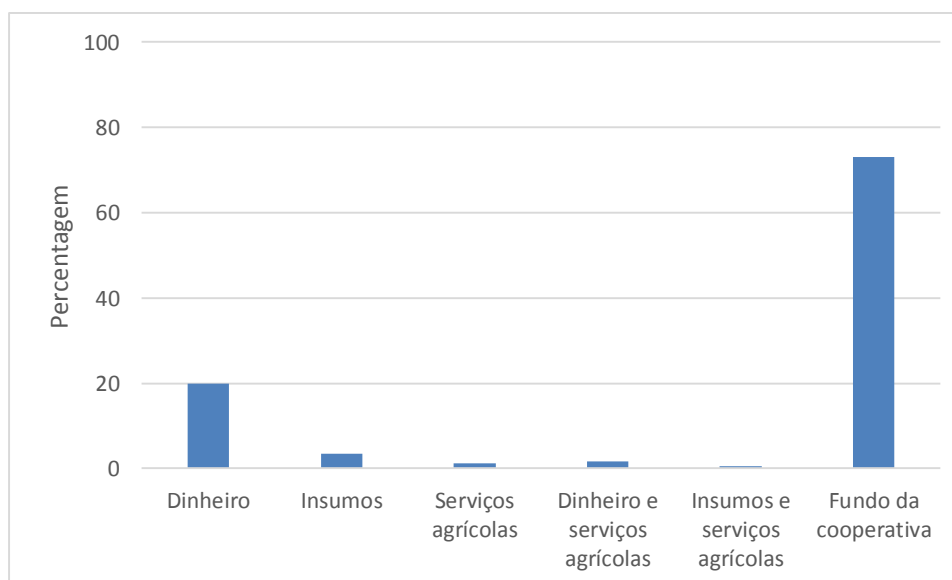
No Quadro 11, apresenta-se o tempo que os agricultores dedicam na lavra colectiva. Nele se pode observar que a maior parte dos agricultores dedica um dia por semana.

**Quadro 11** Tempo que os agricultores dedicam a lavoura colectiva

	Frequência	Percentagem
Horas por dia	7	4,2
Dias por semana	129	76,8
Uma vez ou outra	22	13,1
Horas e dias	1	0,6
Dias por semana e uma ou outra	3	1,8
Não vão	6	3,5

A Figura 8, apresenta a distribuição das receitas da lavoura colectiva, onde se observa que a maior percentagem vai para o fundo da cooperativa. Do total de 96,6 % de agricultores que participa da lavoura colectiva, 73,1 % destes não recebe de forma directa os benefícios desta produção. O produto é colhido, vendido e as receitas são para o fundo da cooperativa. Na eventualidade de uma preocupação social (óbito, alambamento, casamento, ou outras) ou dificuldade financeira o agricultor pode recorrer ao empréstimo do fundo da cooperativa e eventualmente poder beneficiar de uma doação da cooperativa. Enquanto 19,9 % daquele total de agricultores participantes da lavoura colectiva, recebe dinheiro após a venda dos produtos por parte da cooperativa. Os restantes agricultores recebem benefícios na forma de insumos, serviços agrícolas ou uma combinação.

**Figura 8.** Destino das receitas da lavoura colectiva



#### **4.3.3 Considerações finais sobre a lavoura colectiva**

As cooperativas e os agricultores consideram importante a existência da lavoura colectiva para o apoio do desenvolvimento da cooperativa e dos agricultores. A participação na lavoura

colectiva é obrigatória e normalmente feita uma vez por semana. A grande maioria dos agricultores participa das actividades da lavra colectiva. Esta participação é considerada pela maioria das cooperativas como importante ou muito importante. A terra de três das cooperativas pertence à cooperativa e das outras três cooperativas é arrendada.

A decisão sobre o que produzir na lavra colectiva assim como do destino da produção é tomada pela direcção da cooperativa. A maioria dos agricultores não recebe de forma directa os rendimentos da lavra. Porém os agricultores consideram que o destino desta produção tem sido a venda e as receitas são para o fundo da cooperativa. Os agricultores têm acesso a este fundo por meio de solicitação de crédito e ou por meio da doação da cooperativa em caso de manifesta necessidade, decorrentes de problemas sociais. Os líderes das cooperativas não foram capazes de revelar em número de Kwanzas, o que entrou nos dois últimos anos para o fundo da cooperativa via receitas da lavra colectiva. Esta imprecisão suscita algumas questões, de ordem de gestão e contabilidade financeira e questiona-se de facto se a lavra tem gerado receitas significativas para aquele fundo.

#### **4.4 Serviços Dinamizados pelas cooperativas**

Os principais serviços dinamizados pelas cooperativas, são apresentados neste ponto, tendo em conta, a perspectiva da cooperativa e dos agricultores.

##### **4.4.1 Perspectiva das cooperativas**

Os principais serviços disponibilizados pelas cooperativas, são o acesso ao crédito monetário, o fornecimento de insumos e equipamentos de apoio as actividades produtivas e a formação.

Das seis cooperativas analisadas, cinco delas, o que corresponde 83,4 % dão crédito aos agricultores. Este é o principal serviço apontado por estas cooperativas. Este crédito tem origem no fundo da cooperativa, também designado caixa comunitária de crédito.

As caixas comunitárias são definidas pelo Artigo 4º do regulamento interno como sistema de micro - finanças, durável, baseado nos princípios de um banco de aldeia. Trata-se de um sistema conjunto, com capacidade de mobilizar clientes para pouparem dinheiro e de distribuir dinheiro por empréstimo. A caixa comunitária de crédito é incentivada através das poupanças dos membros das cooperativas, assim como dos clientes individuais, afectos a ela.

Segundo o Artigo 3º daquele regulamento, a caixa comunitária de crédito tem como objectivo, contribuir para o reforço da capacidade de articulação dos pequenos e médios agricultores locais no mercado de bens e serviços que actuam na promoção do

desenvolvimento, através da produção agropecuária, transformação de produtos e comercialização, quer individualmente, ou por via de um sistema solidário e responsável.

Os agricultores pagam uma taxa que varia de cooperativa para cooperativa (ver caracterização das cooperativas). As cooperativas não têm capacidade para atender às solicitações de todos membros.

O fornecimento de insumos e equipamentos a crédito é um serviço, igualmente prestado por 83,4 % das cooperativas. Os insumos, fornecidos são essencialmente os adubos compostos NPK-12-24-12 (Nitrogénio- Fosforo-Potássio). Os equipamentos mais disponibilizados são as charruas, enxadas, catanas e machados. Os agricultores pagam este crédito com dinheiro.

A formação é outro serviço prestado por 50 % das cooperativas estudadas. Destas, destacam-se o associativismo, o controlo de pragas e doenças, gestão financeira e preparação do solo.

#### **4.4.2 Perspectiva dos agricultores**

A maior parte dos agricultores (68,8 %) considera o crédito e o fornecimento de insumos e equipamentos de apoio às actividades, como os principais serviços disponibilizado pelas cooperativas. Outros, 28,9 % de agricultores, consideram que os insumos e equipamentos de apoio às actividades, o acesso ao crédito e a formação, são os principais serviços dinamizados pelas cooperativas.

#### **4.4.3 Considerações finais sobre os serviços**

Sobre os serviços dinamizados pelas cooperativas existe uma confluência de perspectivas entre líderes e agricultores. Os principais serviços reconhecidos são o acesso ao crédito monetário, fornecimento de insumos e equipamentos a crédito e em alguns casos a formação. Apesar de estarem presentes estes serviços na cooperativa, elas não têm capacidade de atender às necessidades dos agricultores. O principal insumo recebido são os adubos compostos e os equipamentos são as charruas, enxadas, catanas e machados.

Uma outra nota que se impõe é o facto de que por si só as cooperativas não têm capacidade de oferecer os serviços que dizem prestar. O que se verifica é que as cooperativas funcionam na dependência de apoios externos. No caso do acesso ao crédito, a maior parte delas recebeu doações financeiras da ADRA, da Fundação CODESPA e do IDA. A cooperativa sementes do planalto, ainda não se beneficiou deste apoio, razão pela qual não presta tal serviço. O crédito de insumos e equipamento de apoio às actividades produtivas é facilitado pelo IDA. As mesmas organizações têm dado formações aos membros das cooperativas. As principais formações

apontadas são o associativismo, controlo de pragas e doenças, gestão financeira e preparação do solo. Em resumo as cooperativas não são autónomas do ponto de vista de prover os serviços para os agricultores.

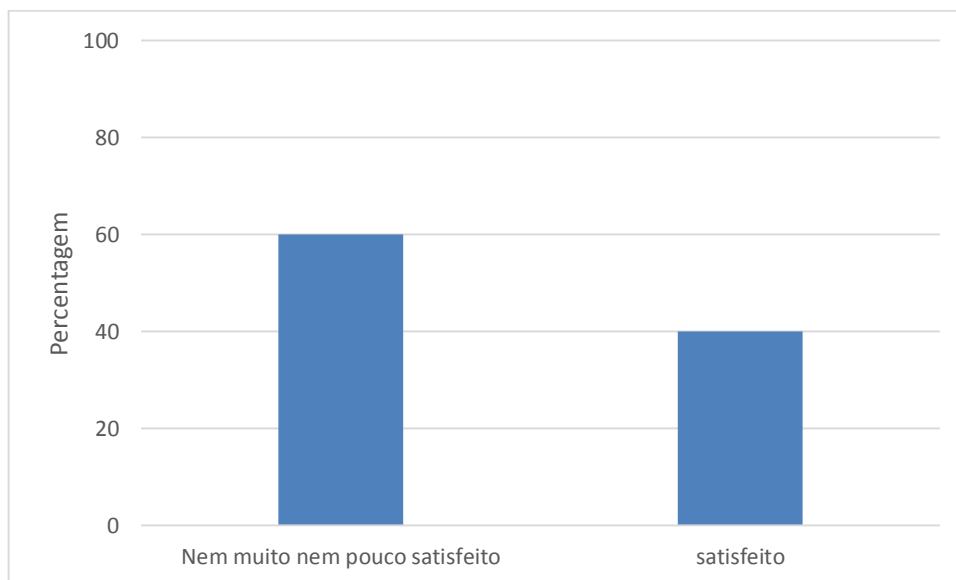
## 4.5 Satisfação dos Produtores Agrícolas com os Serviços prestados pelas Cooperativas

Neste ponto se apresenta a perspectiva da cooperativa em relação aos serviços que presta, se esta, considera que os agricultores estão satisfeitos ou não com tais serviços. Por outro lado é apresentado a perspectiva da avaliação que os agricultores fazem em relação os serviços recebidos da cooperativa.

### 4.5.1 A perspectiva das cooperativas

A Figura 9, apresenta os resultados da avaliação feita pela cooperativa em relação à cedência do crédito monetário aos agricultores. As cooperativas na maior parte, consideram que os agricultores não estão nem muito nem pouco satisfeitos, com este tipo de serviço. Apontam a fraca capacidade de atender os membros como a principal limitação.

Figura 9. Avaliação das cooperativas sobre o crédito monetário

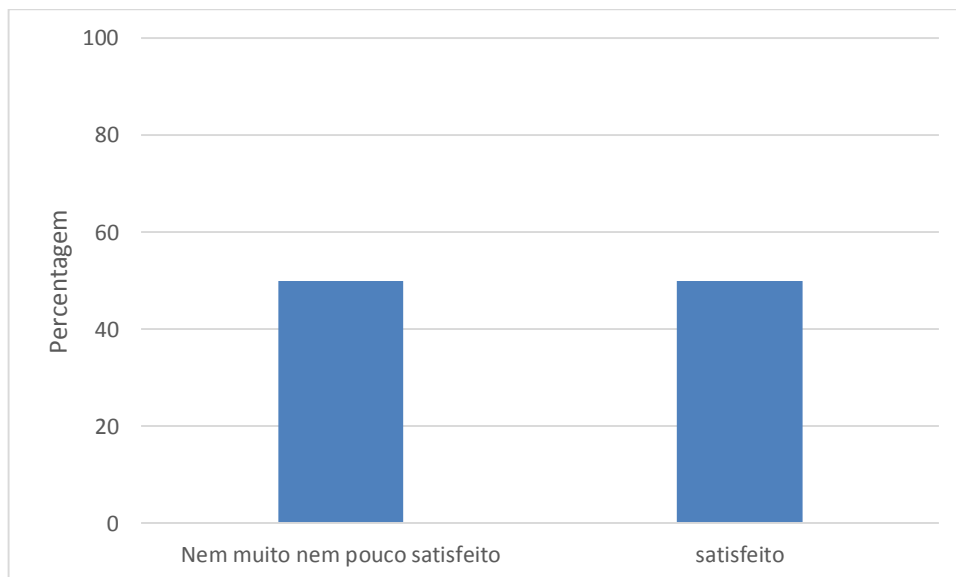


A avaliação feita pelas cooperativas acerca do fornecimento de insumos e equipamento a crédito é apresentado na Figura 10. Metade das cooperativas (50 %), consideram estar



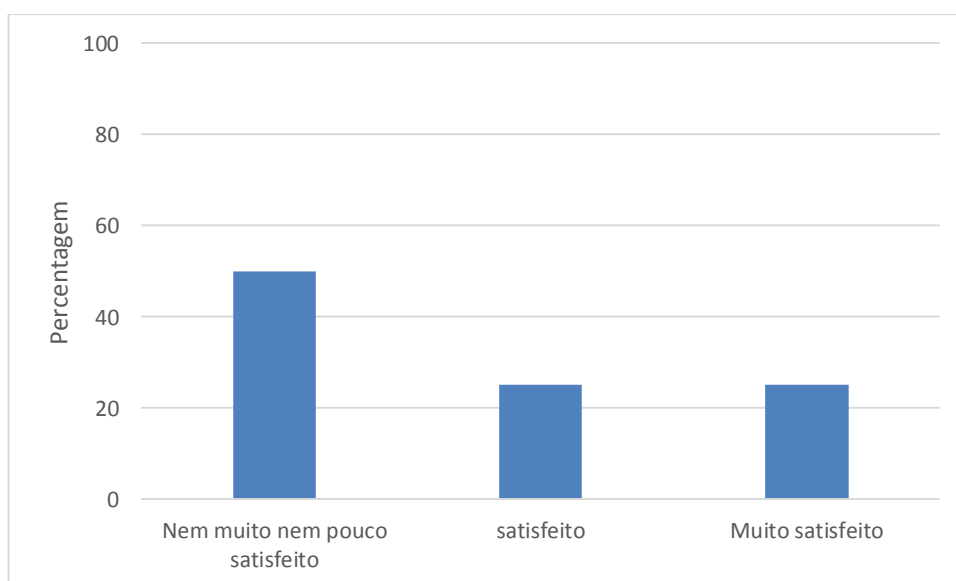
satisfeitos com o fornecimento de insumos e equipamentos a crédito, outro 50 % nem muito nem pouco estão satisfeito com este serviço.

Figura 10. Avaliação das cooperativas sobre fornecimento de insumos e equipamentos



Sobre a formação a avaliação feita é apresentada no Figura 11. Os dirigentes das cooperativas afirmam que não estão nem muito nem pouco satisfeitos com o serviço de formação prestado aos seus membros.

Figura 11. Avaliação das cooperativas sobre a formação

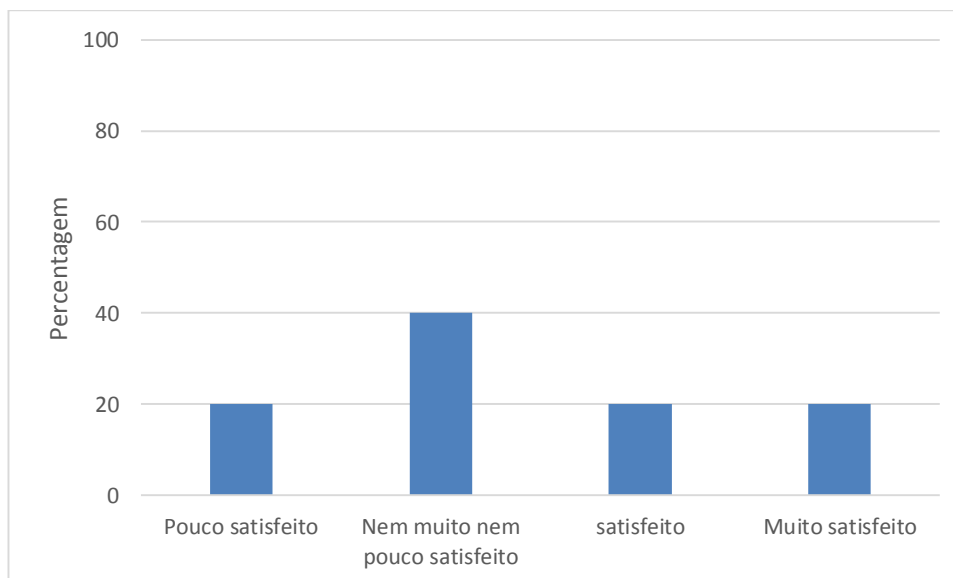


### Apoios Externos recebidos pela cooperativa

Apesar de as cooperativas assumirem a titularidade dos serviços mencionados acima, o que se verifica na realidade é que elas, por si só encontram muitas dificuldades para dinamizar tais serviços. Na maior parte estas cooperativas estão apadrinhadas pelas ONGs, isto é, desde a sua génese. A ADRA, assume maior protagonismo em prover serviços as estas cooperativas. A Fundação CODESPA e o IDA são igualmente organizações que prestam apoio às cooperativas. Os principais apoios recebidos são o crédito monetário, os adubos e formações.

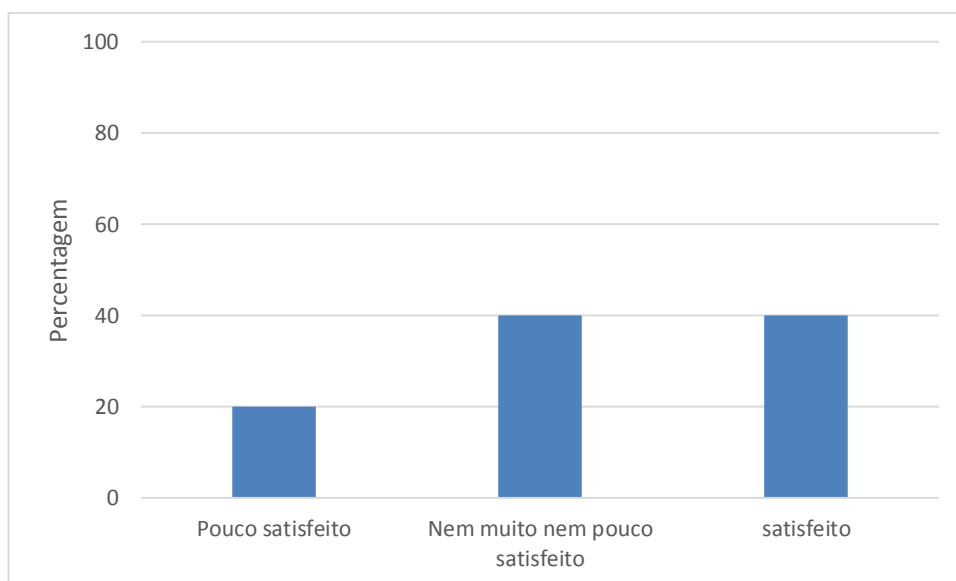
Das 6 cooperativas, apenas uma não se beneficiou de crédito monetário nos dois últimos anos. A avaliação das cooperativas, sobre o apoio recebido de crédito monetário, se apresenta na Figura 12, realçando-se que a satisfação domina em pé de igualdade com a neutralidade.

Figura 12. Apoios externos-avaliação da cooperativa sobre o crédito monetário



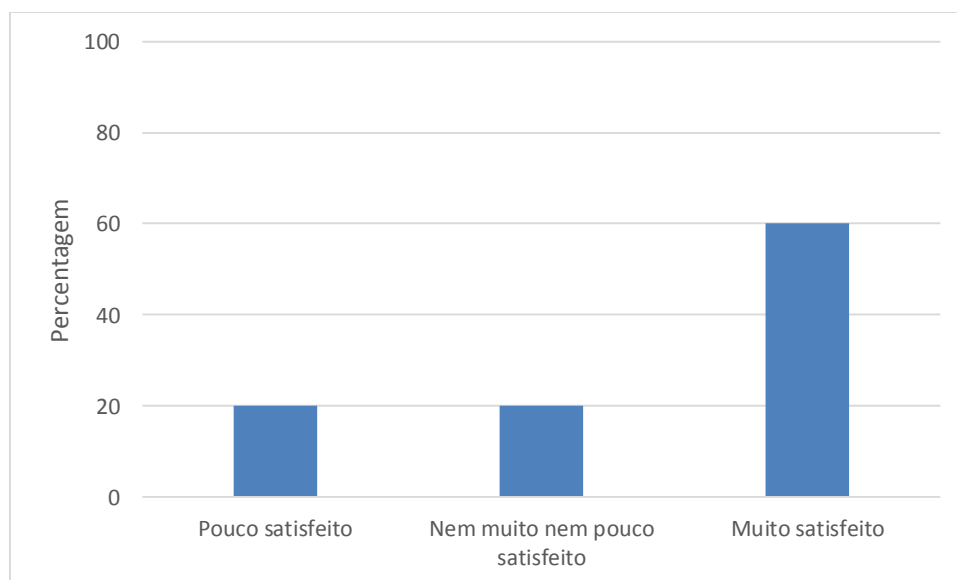
A Figura 13 apresenta os resultados da satisfação ou em relação ao apoio em insumos e equipamentos recebidos, sendo de salientar que a satisfação domina em igualdade com a neutralidade.

Figura 13. Apoios externos-avaliação da cooperativa em relação aos insumos e equipamentos



A formação recebida foi avaliada de acordo com os resultados apresentados na Figura 14 dominando a satisfação.

Figura 14. Apoios externos- avaliação da cooperativa sobre a formação

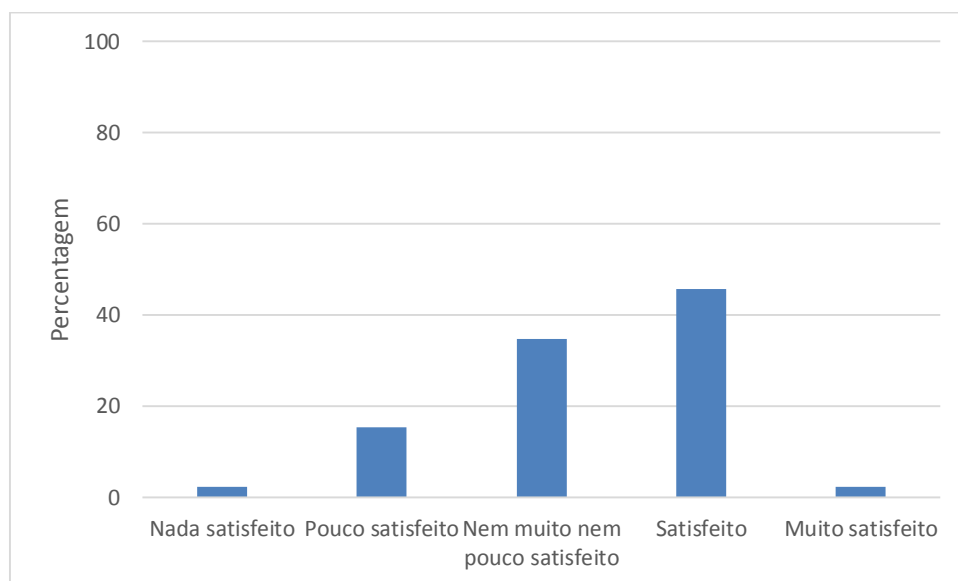


#### 4.5.2 A perspectiva dos agricultores

A cerca do acesso ao crédito monetário, do total dos inquiridos 45,7 % considerou estar satisfeito com este serviço. Outros 34,7 % assumiram uma posição neutra. Estes consideram

ter dificuldade de avaliar o que nunca receberam, apesar de admitirem que a cooperativa presta tal serviço. A Figura 15, apresenta os resultados obtidos.

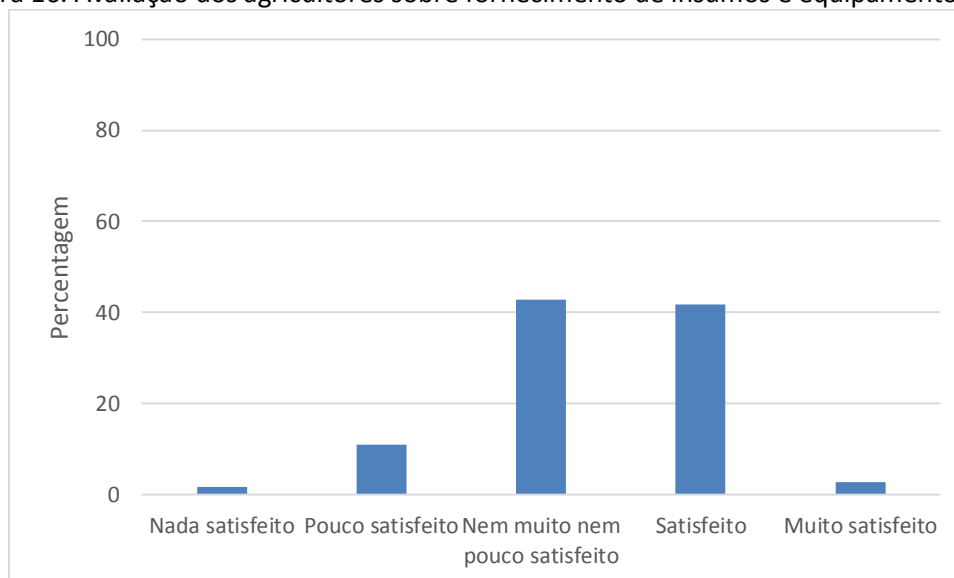
Figura 15. Avaliação dos agricultores sobre o acesso ao crédito



Numa primeira vista, a Figura 15, sugere resultados animadores, por apresentar maior percentagem de agricultores satisfeito. Todavia, precisa-se dar maior atenção às demais colunas, pois a somatória das colunas nada satisfeito, pouco satisfeito e nem muito nem pouco satisfeito perfaz uma percentagem significativa. Estes resultados e, considerando a taxa de neutralidade nesta resposta, se pode concluir que é um serviço que de facto precisa ser melhorado. A pouca oferta é apontada como principal entrave para o acesso ao crédito.

O fornecimento de insumos e equipamentos a crédito é outro serviço que os agricultores afirmam receberem da cooperativa. A maioria de agricultores assumiu uma posição neutra em relação o grau de satisfação com este serviço, cujo os resultados são apresentados na Figura 16.

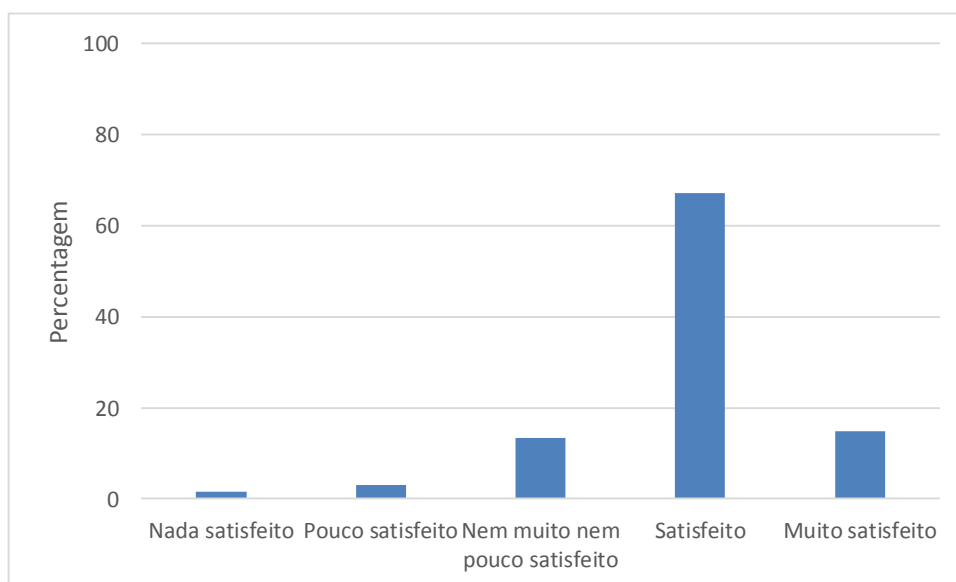
Figura 16. Avaliação dos agricultores sobre fornecimento de insumos e equipamentos a crédito



Pelos resultados apresentados na Figura 16, se pode concluir que é um serviço que precisa ser melhorado para atender às necessidades dos associados.

A formação foi avaliada com maior satisfação pelos agricultores. Referindo-se que estavam satisfeito com as formações recebidas. Os resultados são apresentados na Figura 17.

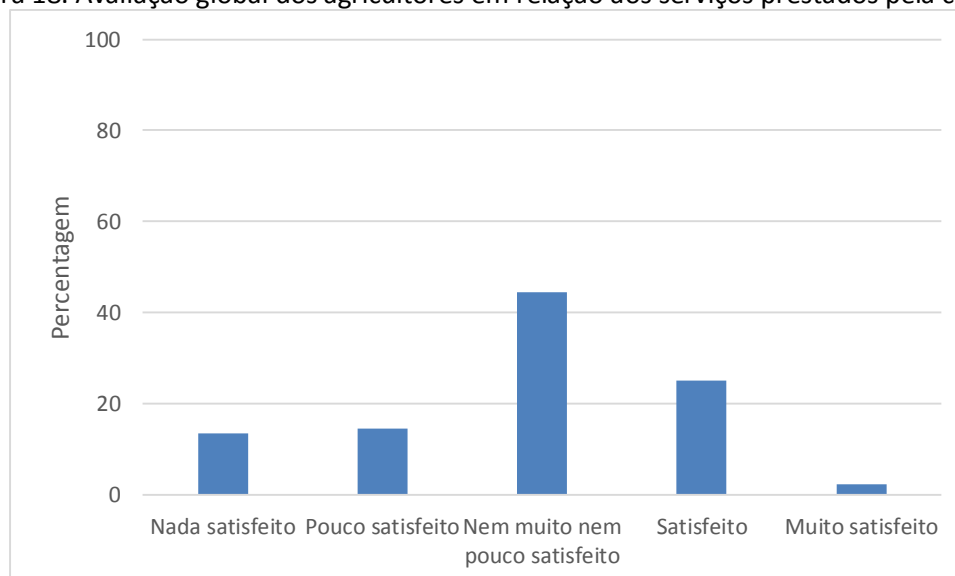
Figura 17. Avaliação dos agricultores sobre a formação



### 4.5.3 Avaliação dos serviços de forma global e considerações finais sobre satisfação dos serviços

Numa avaliação global de todos os serviços prestados pelas cooperativas, os agricultores não estão nada satisfeitos com os serviços prestados pela cooperativa. A Figura 18, apresenta os resultados obtidos.

Figura 18. Avaliação global dos agricultores em relação aos serviços prestados pela cooperativa



A perspectiva das cooperativas sobre a satisfação dos serviços que prestam é a seguinte: acesso ao crédito, nem muito nem pouco satisfeito. Fornecimento de insumos e equipamentos de apoio as actividades produtivas, nem muito nem pouco satisfeito. A formação é o único serviço que a cooperativa diz estar satisfeita. Estes resultados coincidem com a avaliação que a cooperativa faz em relação aos apoios externos recebidos nestes mesmos serviços, que é a seguinte: acesso ao crédito, nem muito nem pouco satisfeito Fornecimento de insumos e equipamentos de apoio as actividades produtivas, nem muito nem pouco satisfeito e a formação estão satisfeitos.

Os agricultores que expressaram a sua opinião, consideram estar satisfeitos com o acesso ao crédito e nem muito nem pouco satisfeitos com o fornecimento de insumos e equipamentos de apoio as actividades produtivas. A formação é o serviço em que os agricultores mais estão satisfeitos. Apesar das particularidades das avaliações que se fazem, de forma global os agricultores, não estão nem muito nem pouco satisfeito, em alguns casos nada satisfeitos.

## 4.6 Principais Limitações de Funcionamento das Cooperativas

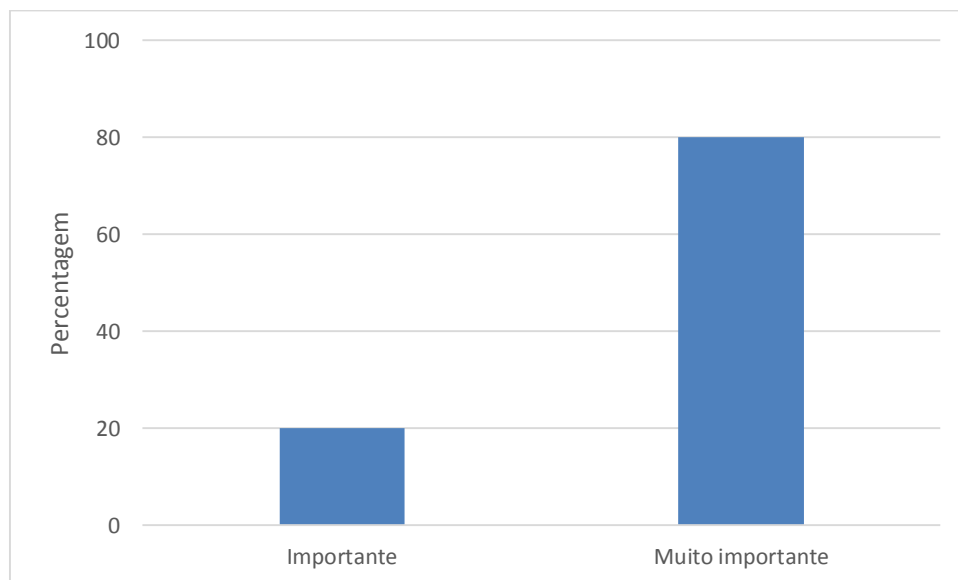
São apresentadas neste ponto, as perspectivas da cooperativa e dos agricultores em relação as principais limitações de funcionamento das cooperativas.

### 4.6.1 Perspectiva das cooperativas

Os principais problemas que limitam o funcionamento das cooperativas são: a Inexistência de um fundo próprio da cooperativa, a insuficiência de serviços para apoiar as actividades produtivas dos membros, acesso ao crédito monetário, pouca capacidade de negociar as condições de fornecimento e escoamento dos produtos.

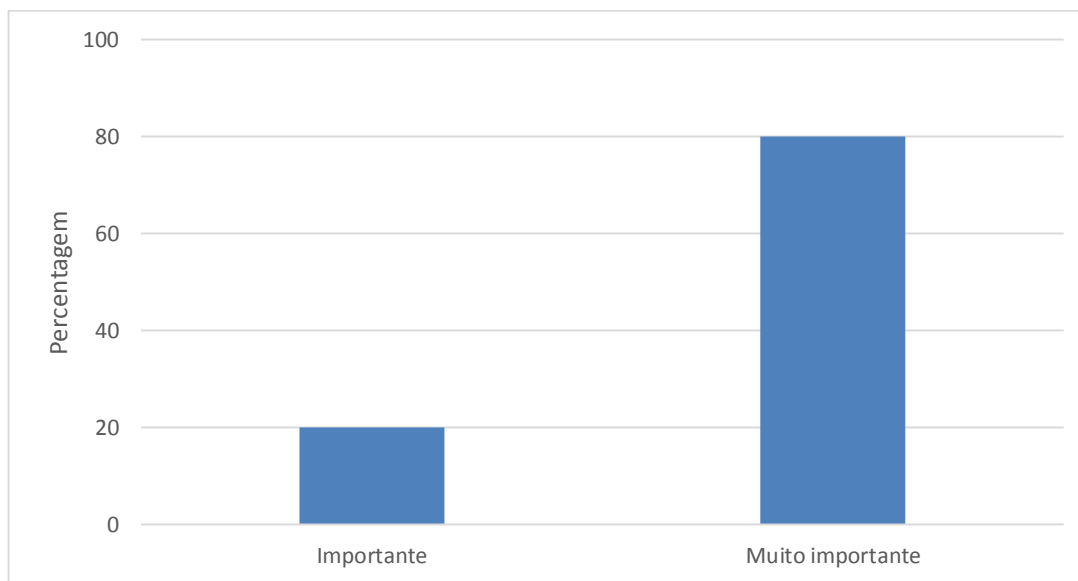
A insuficiência de serviços para apoiar as actividades produtivas dos membros, foi considerada pela maior como um problema muito importante. A Figura 19 apresenta tal avaliação.

Figura 19. Dificuldades-avaliação da cooperativa sobre insumos e equipamentos



O Acesso ao crédito bancário é outra dificuldade que as cooperativas consideram muito importante, como se observa na Figura 20.

Figura 20. Dificuldades-avaliação da cooperativa sobre o Acesso ao crédito monetário

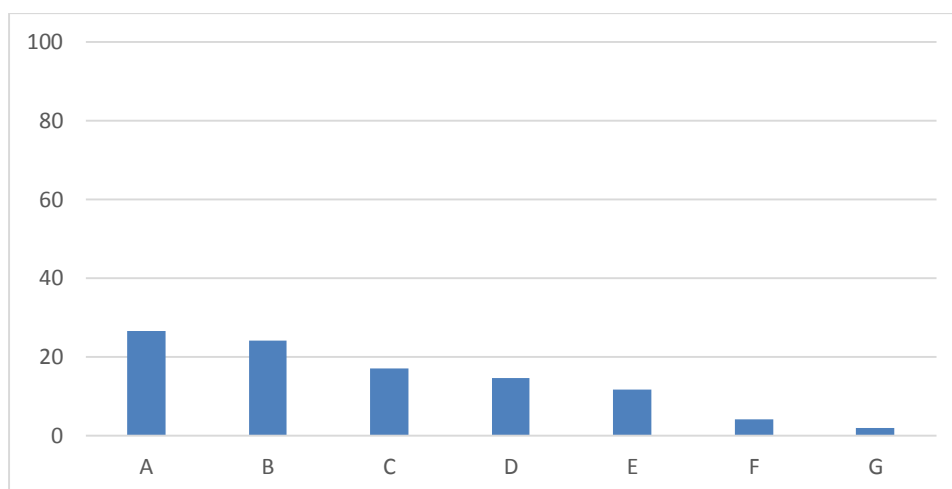


#### 4.6.2 Perspectiva dos agricultores

As principais dificuldades de funcionamento das cooperativas estão relacionadas com a pouca capacidade de prover e manter regular o fornecimento de serviços agrícolas dos quais destacamos os serviços de apoio referido por 73,7% dos agricultores, escoamento dos produtos por 60,8% e acesso ao crédito por 54,4%. Dentre estas, destacam-se as seguintes combinações: poucos serviços para apoiar as actividades produtivas, acesso ao crédito monetário e escoamento de produtos. Poucos serviços e escoamento de produtos é a combinação de resultado que vem a seguir. A Figura 21, apresenta as principais dificuldades apontadas pelos agricultores.

Figura 21. Dificuldades-avaliação dos agricultores sobre as principais limitações





- A- Poucos serviços, acesso ao crédito e escoamento de produtos
- B- Poucos serviços e escoamento de produtos
- C- Escoamento de produtos
- D- Poucos serviços
- E- Acesso ao crédito e poucos serviços
- F- Acesso ao crédito
- G- Escoamento de produtos e acesso ao crédito

#### 4.6.3 Considerações finais sobre as principais dificuldades

As cooperativas atribuem muita importância na insuficiência de serviços para apoiar as actividades produtivas dos agricultores. A mesma importância é atribuída nas dificuldades que a cooperativa encontra para o acesso ao crédito bancário. Por sua vez os agricultores consideram que os principais problemas estão de facto relacionados com os poucos serviços disponibilizados pela cooperativa de apoio as actividades produtivas, o acesso ao crédito e o escoamento dos produtos agrícolas. Este último é devido o mau estado das vias de acesso, quer para as lavras, ou para os maiores centros de consumo. A perspectiva da cooperativa e dos agricultores converge nos dois primeiros problemas, o crédito e os serviços de apoio a produção. Divergem na questão do escoamento dos produtos que para os agricultores é muito referido.

## 5. Considerações Finais

Por causa da trajetória das cooperativas em Angola, associado ao historial político do país, elas são vistas, como um fracasso, havendo, frequentemente, alguma reserva em relação ao papel que estas podem efectivamente desempenhar para a produção agrícola. Nos últimos anos é notório o esforço evidenciado pelas organizações não governamentais e autoridades governamentais na criação e fortalecimento de cooperativas em Angola. O Foco dos primeiros (ONGs) transcende da simples criação de cooperativas, uma vez que fornecem constantemente ferramentas para o fortalecimento das mesmas. O papel das autoridades governamentais, passa pela tal propalada estratégias de apoio ao desenvolvimento rural, para o combate a fome e a pobreza, infelizmente com pouco impacto real nas zonas rurais.

### 5.1 Conclusões

Com este trabalho propôs-se analisar a contribuição das cooperativas apoiadas pela ADRA na promoção do acesso aos serviços agrícolas na província do Huambo. Para atingir este objectivo foram formulados os seguintes objectivos específicos: caracterizar as cooperativas da Província do Huambo apoiadas pela ADRA; analisar os tipos de serviços dinamizados pelas cooperativas apoiadas pela ADRA na província do Huambo; avaliar o grau de satisfação dos produtores agrícolas sobre os serviços prestados pelas cooperativas apoiadas pela ADRA na província do Huambo; identificar as principais limitações de funcionamento e propor melhorias nas cooperativas apoiadas pela ADRA na província do Huambo. Os objectivos foram cumpridos e as principais conclusões são apresentadas na ordem dos objectivos, são elas:

- As cooperativas estudadas são todas de primeiro grau, têm estatuto próprio, os órgãos sociais presentes são o conselho de direcção, conselho fiscal e a mesa de assembleia. Todas as cooperativas têm lavra colectiva, a grande maioria tinham fundo de crédito e sua origem é externa. Os líderes das cooperativas são maioritariamente homens, quase metade não tem estudos, são agricultores a tempo inteiro com lavras próprias contendo mais de uma cultura. As principais culturas são o milho, feijão e batata rena.
- Os principais serviços dinamizados pelas cooperativas são o acesso ao crédito monetário, fornecimento de insumos e equipamentos a crédito e a formação. As cooperativas não são autónomas do ponto de vista de prover os serviços para os agricultores, contam sempre com apoios externos.

- De forma global os agricultores, não estão satisfeitos com os serviços prestados pelas cooperativas.
- Constituem principais limitações a insuficiência das cooperativas de fornecerem o crédito monetário e os insumos e equipamentos de apoio as actividades produtivas. O mau estado das estradas, ausência de escolas e um fundo robusto limitam a acção das cooperativas.
- O modelo de cooperativas encontradas é muito dependente de apoio externos. As motivações do seu surgimento apontam mais para o assistencialismo. Os membros associam-se na esperança de poderem conseguir ter acesso as doações das ONGS e do governo com vista a investirem nas suas lavras individuais. A comercialização é feita preferencialmente de forma individual.
- O governo tem tido um papel com as cooperativas, que não estimula a criatividade, muito menos ajuda as cooperativas a serem autónomas do ponto vista de gestão administrativa e financeira, para que sejam vistas como autênticas empresas agrícolas. O governo poderia mais intervir na criação e fortalecimento de infraestruturas e políticas de apoio ao desenvolvimento rural, ao invés de limitar-se na distribuição, em muitos casos fora da época agrícola, adubos e enxadas nas campanhas agrícolas.
- Não é notório o real contributo da lavoura colectiva para o desenvolvimento da cooperativa. A decisão sobre o que produzir nesta lavoura é tomada pela direcção da cooperativa. A maioria dos agricultores não recebe de forma directa os rendimentos da lavoura. Quem toma a decisão do destino da produção é a direcção da cooperativa. Os agricultores consideram que o destino desta produção tem sido a venda. As receitas são para o fundo da cooperativa.
- No que diz respeito ao sexo verificamos que somente a idade apresenta diferenças significativas, os homens apresentam mais idade. Sobre às classes de idade verificamos que somente o sexo apresenta diferenças significativas, especialmente para o grupo de agricultores mais velhos, em que a presença das mulheres é reduzida. Ao nível de estudo verificamos que somente o nível de satisfação apresenta diferenças significativas, especialmente para o grupo de agricultores sem estudos, em que não estão satisfeitos com os serviços prestados pela cooperativa.

## **5.2 Dificuldades e Limitações do Estudo**

Um estudo desta natureza com dois tipos de recolha de dados primários: inquérito às cooperativas e aos agricultores, apresenta sempre limitações de construção do questionário e da sua aplicação na prática. O ideal teria sido inquirir todos os agricultores membros das cooperativas e em todas as cooperativas da província do Huambo apoiadas. Outra limitação foi não termos estudado as cooperativas que não recebem apoio da ADRA.

Na recolha de informação, trabalho de campo, realço a dificuldade que tivemos em agendar os encontros quer com os líderes das cooperativas quer com os respectivos agricultores assim como a logística de transporte para chegar aos locais das cooperativas devido ao estado das estradas e às chuvas.

As limitações financeiras também se fizeram sentir.

Nem todos os dirigentes e os agricultores dominavam a língua portuguesa pelo que nesses casos as perguntas e respostas eram em Umbundo e depois traduzidas para português.

## **5.3 Recomendações e Desenvolvimentos Futuros**

Em função dos resultados, propõem-se as seguintes recomendações:

- Que sejam implementadas medidas de políticas que contribuam para o surgimento e reabilitação da infraestrutura rodoviária para promover o transporte de insumos e equipamentos de apoio as actividades produtivas nas zonas rurais e dos produtos agrícolas para os grandes centros de consumo.
- Que se incentive os bancos comerciais e ou, se criem bancos específicos para cedência de crédito monetárias às cooperativas agrícolas.
- Que as cooperativas, invistam mais tempo e dinheiro na lavra colectiva para servir de facto como fonte de receitas válidas para fortalecer os serviços que prestam e o surgimento de novos serviços.
- Que se implementem modelos de cooperativas, que acabem ou minimize com a dependência externas excessiva. Que transforme as cooperativas em verdadeiras empresas agrícolas. Em que os membros se identifiquem mais com elas e, sejam vistas como uma plataforma válida no melhoramento da situação social actual dos agricultores.
- Que o governo não se limite na distribuição de adubos nas campanhas agrícolas. Uma vez melhoradas as condições de acesso rodoviário, aquele papel poderá ser melhor desempenhado por um ente privado.

Apesar de os objectivos proposto terem sido respondidos, sentiu-se a necessidade de se fazer uma abordagem exaustiva sobre a sustentabilidade financeira e económica das cooperativas. Uma componente não prevista neste estudo mas que se reveste de grande importância para se propor e avaliar medidas que permitam gerar receitas para as cooperativas.

Como próximo passo pretende-se desenvolver um estudo que permita caracterizar e analisar na província do Huambo a rentabilidade dos sistemas agrários dos agricultores e do funcionamento das cooperativas. No estudo deverá ser dada ênfase à rentabilidade do agricultor e da sua família, no sentido de avaliar se o rendimento obtido é suficiente para ultrapassar a linha da pobreza. Na avaliação da rentabilidade do funcionamento da cooperativa deverá ser verificado se o funcionamento das cooperativas no momento actual e futuro é e será rentável.

## Bibliografia

- ADRA. (2018). Plano Estratégico 2018-2022. Luanda, Angola.
- Alencar, A., Morais, F., & Sobrinho, G. (2015). A importância do cooperativismo para o crescimento da agricultura familiar, In Seminário de administração da Macro região de Picos, Lagoa do Carmo em Campos Sales, Out.
- ACI. (1995). Declaração da identidade cooperativa. Assembleia Geral da ACI. Manchester, Inglaterra.
- Baptista, F. (2004). Camponeses e desenvolvimento, In Seminário agricultura em Angola, desafios e perspectivas, Lisboa, *ISA Press*, vol n.º 1, Out/Dez, p.37-47.
- Batalha; Otávio, M. (2009). *Gestão agroindustrial*. São Paulo: Atlas.
- Bialoskorski, N. (2006). *Aspectos Econômicos das Cooperativas*. Belo Horizonte: Mandamentos.
- Canadas, M. J. (2003). Análise e Gestão de Sistemas Agrícolas. Conteúdos ministrados no Mestrado em Agronomia e Recursos Naturais, Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa/Centro de Estudos Tropicais para o Desenvolvimento/Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade José Eduardo dos Santos, Huambo, Angola.
- Correia, A. M. (2013). A Agricultura Familiar Versus a Agricultura de Subsistência no Âmbito da Segurança Alimentar no Espaço dos Países da CPLP. Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, Portugal.
- Chayavanov, A. V. (1974). *La Orgazacion de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Nuova Visión
- De Souza Pain, R. (2010). As características da experiência socialista na agricultura de Angola após a independência: cadernos de pesquisa do CDHIS.
- Diniz Castanheira, A. (2006). Características Mesológicas de Angola; 2ª Ed. Editado pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Lisboa, Portugal.
- Ferrary, M. (1999). Confiance et accumulation de capital social dans la réglementation des activités de crédit. *Revue Française de sociologie*. Paris, vol.XL, n.º 3, Jul/Set, p. 12-16.
- Gawlak, A. (2007). *Cooperativismo*. 3ª. Ed. Brasília: SESCOOP.
- Gil, A. (2008). *Métodos e técnicas de Pesquisa Social*. Atlas, 6a edição, São Paulo.
- Gliessman, S. R. (2000). *Agroecologia Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável*. 1ª Ed. Porto Alegre: UFRGS. p. 133-150.
- Lasserre, G. (1996). La cooperation dans les pays em voie de développement. *Révue des études cooperatives, mutualistes et associatives*, n.º 145146, p.47-57.

Lei n.º 25/15 de 31 de Agosto, (2015). Lei das cooperativas. *Diário da República* n.º 124/2015- Série I. Assembleia da República de Angola.

Lins, Marcos (2003). *Desigualdade Agrícola e Alimentação no Mundo: Causas e Consequências – Agricultura Familiar e Agricultura Empresarial como fonte do Desenvolvimento agrícola*, Luanda. FAO/MINADER.

Lins, M. L., & Pires, S. (2010). *O cooperativismo Agrícola Como uma Forma de Neutralizar as Desvantagens Competitivas da Agricultura Familiar*. Caxais do Sul, Brasil. Disponível em: <http://www.intercom.org.br>. Acessado em 15 de Dezembro de 2018.

Lussati, A. Da Silva. (2017). *Cooperativa e produção interna*. Huambo, Angola

Katiavala, J. M. (2015). *O processo de Diferenciação Socioeconómico dos Produtores Agrícolas na Província do Huambo: Um estudo de caso da aldeia do Kapunge, município da Kaála*, dissertação apresentada á Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade José Eduardo dos Santos, como requisito para obtenção do Grau de mestre em agronomia e recursos naturais, Huambo, Angola.

Malhotra, N. & Birks, D. (2007). *Marketing Research: An Applied Approach*. Prentice Hall.

Malhotra, N. (2011). *Pesquisa de Marketing: Uma Orientação Aplicada*. Editora Bookman. ISBN: 978-857-780-975-2.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica* (5 ed.). São Paulo: Atlas S.A.

Marcelino, C. L.J. H. (2014). *O problema da comercialização na cadeia de valores de cooperativas agrícolas. O caso da província do Huambo*, dissertação de mestrado apresentada á Faculdade de Economia da Universidade José Eduardo dos Santos, como requisito para obtenção do Grau de mestre em ciências empresariais, Huambo, Angola.

MINADER. (2007). *Programa Executivo do Sector Agrário 2007-2008*, Luanda: MINADER.

Neto, J. F. (2000). *Os camponeses e o Desenvolvimento Agrícola e Rural de Angola*. Gabinete de Planeamento e Política Agroalimentar, Lisboa, p. 120-165.

Pacheco, F. (2006). *Desenvolvimento cooperativo em Angola*. Comunicação ao workshop sobre cooperativismo em Angola, Luanda.

Paulo, C. Z. (2014). *A história do cooperativismo*. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.coagri.coop.br/cooperativismo.php>. Acessado em 18 de Dezembro de 2018.

Pinho, D. (1992). *Avaliação do cooperativismo Brasileiro*. 2ª ed. Belo Horizonte: FUNDEC.

Santos, D. F, Damião, D. & Moura, M. (2011). *A evolução e limites do cooperativismo*. Estudo de caso: COOPERCAJU.

Santos, P. (2012). *Associativismo e cooperativismo agrícola em Portugal: casos de sucesso*, In conferência sobre o cooperativismo no fortalecimento da economia angolana, Luanda.

Sales, J. E. (2010) Cooperativismo origens e evolução. *Revista Brasileira de Gestão e Engenharia*-ISSN 2237- 1664.

Sapalo, A. J. (2015). Sistemas de Produção e Economia dos Camponeses: Um estudo de caso do Município da Chicala Chohohanga, província do Huambo, dissertação apresentada á Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade José Eduardo dos Santos, como requisito para obtenção do Grau de mestre em agronomia e recursos naturais, Huambo, Angola.

Silva, G. (2013). A statement by FAO Director-General José Graziano da Silva in family farming: A dialogue towards more sustainable and resiliente farming in Europe and the word. Expectations of the United Nations and FAO for the 2014 international year of family Farming. Bruxelas.

Tchimuco, D. P. (2014). Cooperativismo um instrumento para alavancar o sector económico, Angola.

Toscano, F. (2003). Agricultura Familiar e seu grande desafio. Disponível em: <http://www.agr.feis.unesp.br/dv09102003.htm>. Acedido em 12 de Dezembro de 2018.

Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), (2013). Diagnóstico Agrário Territorial da Província do Huambo, Projecto TERRA-GCP/ANG/O45/SPA.

Oliveira, T.C. (2003). O cooperativismo como instrumento de geração de trabalho e renda: a teoria e a prática para a constituição de cooperativas de trabalho. Brasil.

Oliveira, A. J. (2015). Associativismo e cooperativismo, In Apostila para capacitação de gestores municipais micro e pequenos empresários do sector agroindustrial e de serviços para a indústria agroalimentar.

Vitongue, M. (2004). Planalto Central de Angola. A extensão rural como instrumento do desenvolvimento, dissertação de mestrado apresentado ao Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, como requisito de obtenção do grau de mestre em economia agrária e sociologia rural, Lisboa Portugal.

Wanderley, M. N. B. (2008). O mundo rural com espaço de vida, reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade, Porto Alegre: Ed. UFRGS. p. 34-36.



## **Anexo 1 Inquérito para as lideranças das cooperativas**

### **Ficha de Inquérito de projecto de dissertação do MEGA**

“Cooperativismo e acesso aos serviços agrícolas na província de Huambo”

A presente Ficha de inquérito destina-se ao levantamento de informações nas **cooperativas agrícolas**, com o objectivo de (i) analisar os tipos de serviços dinamizados pelas cooperativas apoiadas pela ADRA na província do Huambo, (ii) identificar as principais limitações de funcionamento e propor melhorias nas cooperativas apoiadas pela ADRA na província do Huambo.

**Nome da cooperativa**\_\_\_\_\_

**Aldeia**\_\_\_\_\_ **Comuna**\_\_\_\_\_

**Município**\_\_\_\_\_ **Data**\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

#### **A. Dados gerais da cooperativa**

Aa) - Data da fundação da cooperativa?\_\_\_\_\_

Ab) - Quantos membros (sócios) tem a cooperativa?

Homens\_\_\_\_\_Mulheres\_\_\_\_\_Total\_\_\_\_\_

Ac) - Origem da ideia da criação da cooperativa?\_\_\_\_\_

Ac1.Dos próprios camponeses/agricultores\_\_\_\_\_

Ac2.Da Administração Municipal\_\_\_\_Ac3.Da EDA\_\_\_\_Ac4. De uma ONG\_\_\_\_\_.

Ac5. Outro\_\_\_\_, especificar\_\_\_\_\_

Ad)- Qual é a situação jurídica da cooperativa?

Ad1.Legalizada\_\_\_\_Ad2. Em vias de legalização\_\_\_\_Ad3. Não legalizada\_\_\_\_\_

Porque\_\_\_\_\_

#### **B. Estrutura e funcionamento**

Ba). A cooperativa tem Estatuto/regulamento?

1.Sim\_\_\_\_2. Não\_\_\_\_Porque?\_\_\_\_\_

Bb). Quais são as condições de admissão dos membros?

Bb1. Residir na aldeia\_\_\_\_Bb2. Ter terra na aldeia\_\_\_\_Bb3.Outra\_\_\_\_\_

Qual\_\_\_\_\_.

Bc) -Quais são as estruturas que compõem a cooperativa?

Bc1. Conselho de Direcção\_\_\_ Bc2. Conselho Fiscal\_\_\_ Bc3. Assembleia de membros\_\_\_

1. Outra\_\_\_Especificar\_\_\_\_\_.

Bd) - O conselho de direcção reúne-se?

1. Sim\_\_\_ 2. Não\_\_\_.

Be) - Periodicidade das reuniões dos conselhos de direcção?

Be1. Mensal\_\_\_ Be2. Trimestral\_\_\_ Be3. Semestral\_\_\_\_\_

Be4. Outra \_\_\_\_\_ Qual\_\_\_\_\_.

Bf)- O conselho fiscal reúne-se?

1. Sim\_\_\_ 2. Não

Bg) - Periodicidade das reuniões do conselho fiscal?

Bg1. Mensal\_\_\_ Bg2. Trimestral\_\_\_ Bg3. Semestral\_\_\_\_\_

Bg4. Outra \_\_\_\_\_ Qual \_\_\_\_\_.

Bh) - Realização das assembleias anuais de membros?

1. Sim\_\_\_ 2. Não\_\_\_, porque\_\_\_\_\_

Bi)- Pagamento de quotas?

1. Sim\_\_\_ 2. Não\_\_\_

Bl). Periodicidade de pagamento

Bl1. Mensal\_\_\_ Bl2. Trimestral\_\_\_ Bl3. Semestral\_\_\_\_\_

Bl4. Outra \_\_\_\_\_ Qual \_\_\_\_\_.

BL) Qual é o Valor da quota\_\_\_\_\_ AKZ.

Bm)- O não pagamento de quota condiciona a continuidade do membro na cooperativa?

1. Sim\_\_\_ 2. Não\_\_\_

Bn) - Existência de um fundo próprio da cooperativa?

1. Sim\_\_\_ 2. Não\_\_\_ Montante do fundo\_\_\_\_\_ AKZ

Bp) - Origem do fundo da cooperativa?

Bp1. Quotizações dos membros\_\_\_ Bp2. Financiamento externo\_\_\_

Especificar a instituição que financiou\_\_\_\_\_

Bp3. Outras contribuições dos membros\_\_\_ especificar

**Nota.** Como é usado este fundo?\_\_\_\_\_

**BB. Lavra colectiva**

BBa). Existência de lavra colectiva?

1.Sim\_\_\_\_\_2. Não\_\_\_\_\_.

BBa1. Qual é Área total\_\_\_\_\_ha

BBa2. ATerra pertence a quem?

BBa2.1 A cooperativa\_\_\_\_\_. BBa2.2 A aldeia\_\_\_\_\_.BBa2.3 A Um agricultor\_\_\_\_\_.

BBa2.4 Outro\_\_\_\_\_ Qual\_\_\_\_\_.

BBb) Quais são as razões da existência da lavra?

BBb1.Auto financiamento da cooperativa\_\_\_\_\_. BBb2.Auto consumo dos membros\_.

BBb3.Ocupação da mão-de-obra\_\_\_\_\_BBb4. Outra\_\_\_\_\_ Qual?\_\_\_\_\_.

BBc)- Quem toma a de decisão da produção?

BBc1. Direcção da cooperativa só\_\_\_\_\_. BBc2 Reunião dos membros e da Direcção\_\_\_\_\_.

BBc3. Ouro\_\_\_\_\_ Qual?\_\_\_\_\_.

BBd) Quem toma a decisão sobre o destino da produção?

BBd1. Direcção da cooperativa só\_\_\_\_\_. BBd2 Reunião dos membros e da direcção\_\_\_\_\_.

BBd3. Outro\_\_\_\_\_ Qual?\_\_\_\_\_.

BBe) -Qual é avaliação que faz da participação dos membros na lavra colectiva?

1 – Nada Importante. 2 – Pouco importante. 3 Nem muito nem pouco importante. 4 Importante. 5 Muito Importante

BBf) - Como avalia o contributo da lavra para o desenvolvimento da cooperativa?

1 – Nada Importante. 2 – Pouco importante. 3 Nem muito nem pouco importante. 4 Importante. 5 Muito Importante

BBg). Principais culturais praticadas na lavra colectiva?

1.Milho\_\_\_\_2.Feijão\_\_\_\_3.Batata-rena\_\_\_\_4.tomate\_\_\_\_5. Cebola\_\_\_\_\_

6. Couves\_\_\_\_7. Cenoura\_\_\_\_8. Alho\_\_\_\_9.\_\_\_\_\_

10. Outras\_\_\_\_Especificar\_\_\_\_\_

BBh) Destino da produção da lavra colectiva?

BBh1.Venda\_\_\_\_BBh2.Semente\_\_\_\_BBh3.Repartição entre os membros\_\_\_\_\_

BBh4.Outro\_\_\_\_Especificar\_\_\_\_\_

BBi). É obrigatório participar na lavra colectiva?

1.Sim\_\_\_\_2.Não\_\_\_\_

BBj) Penalizações pela não participação na lavra coletiva?

BBj1. Suspensão da cooperativa\_\_\_\_. BBj2. Expulsão da cooperativa\_\_\_\_\_.

BBj3. Outro\_\_\_\_Qual?\_\_\_\_\_.

BBl). Como é feito a repartição do tempo na lavra colectiva?

BBl1. Uma vez/semana\_\_\_\_BBl2. Duas Vezes/semana\_\_\_\_\_

BBl3. Uma vez por mês\_\_\_\_BBl4. Duas vezes por mês\_\_\_\_\_

BBl5. Outra\_\_\_\_. Especificar\_\_\_\_\_.

BBm). Qual é o critério para repartição dos benefícios da lavra colectiva?

BBm1. De acordo o tempo de participação na lavra\_\_\_\_.BBm2. De acordo a posição ocupada na cooperativa\_\_\_\_\_. BBm3. De acordo a idade do membro\_\_\_\_\_.

BBm4.Outro\_\_\_\_Qual?\_\_\_\_\_.

### **C. Tipos de serviços prestados aos agricultores**

Ca). Acesso ao crédito monetário\_\_\_\_\_

Caa).Qual é a origem do valor monetário que é dado aos agricultores?

Caa1. Fundo da cooperativo\_\_\_\_. Caa2. Contribuição dos membros\_\_\_\_. Caa3. De um banco comercial\_\_\_\_. Qual?\_\_\_\_\_. Caa4. De um banco do estado\_\_\_\_. Qual?\_\_\_\_\_.

Caa5. Outra\_\_\_\_\_.

Especificar\_\_\_\_\_.

Cab). Os agricultores pagam uma taxa à cooperativa?

1.Sim\_\_\_\_. 2. Não\_\_\_\_. Qual é a percentagem da taxa\_\_\_\_\_.

Cac). Quem tem acesso ao crédito monetário?

Cac1. Membros com as quotas pagas \_\_\_\_\_. Cac2. Membros dos órgãos de direcção\_\_\_\_\_.

Cac3. Todos agricultores\_\_\_\_. Cac4. Outro\_\_\_\_. Qual? \_\_\_\_\_.

Cad). Existe um mecanismo de controlo de reembolso do empréstimo?

1.Sim\_\_\_\_.2. Não\_\_\_\_. Qual?\_\_\_\_\_.

Cae). Quem não reembolsa é penalizado?

1.Sim\_\_\_\_\_. 2. Não\_\_\_\_\_. Como?\_\_\_\_\_.

Caf). A cooperativa tem capacidade para atender todos membros que solicitem o crédito?

1.Sim\_\_\_\_\_.2.Não\_\_\_\_\_. Porque?\_\_\_\_\_.

Cb).Fornecimento de insumos e equipamentos a crédito\_\_\_\_\_.

Cba). Quais são os insumos e equipamentos?

Cba1. Fertilizantes\_\_\_\_\_.Cba2. Adubos\_\_\_\_\_. Cba3. Semente\_\_\_\_\_.

Cba4. Enxadas\_\_\_\_\_.Cba5. Charruas\_\_\_\_\_. Cba6. Machados\_\_\_\_\_. Cba7. Outro\_\_\_\_ Qual?\_\_\_\_\_.

Cbb). De que forma os agricultores pagam este crédito de insumo e equipamentos?

Cbb1. Produtos agrícolas\_\_\_\_\_. Cbb2. Valor monetário\_\_\_\_\_. Cbb3. Com trabalho na lavoura colectiva\_\_\_\_\_. Cbb4. Outra\_\_\_\_. Qual\_\_\_\_\_.

Cc).Comercialização\_\_\_\_\_.

Cca). Existem estruturas de apoio a comercialização?

1.Sim\_\_\_\_\_.2Não\_\_\_\_\_.

Quais?\_\_\_\_\_

Ccb). De que forma é feita a comercialização?

Ccb1. Agricultores de forma individual\_\_\_\_\_. Ccb2. De forma colectiva\_\_\_\_\_.

Ccc). A cooperativa compra os produtos dos agricultores?

1. Sim\_\_\_\_\_. 2. Não\_\_\_\_\_.

Cd) Assistência Técnica \_\_\_\_\_.

Cda)- Que tipo de assistência técnica?

Cda1. Preparação de solo\_\_\_\_\_.Cda2. Sementeira\_\_\_\_\_.Cda3. Aplicação de adubos\_\_\_\_\_.

Cda4. Aplicação de pesticida\_\_\_\_\_. Cda5. Colheita e pós colheita\_\_\_\_\_. Cda6. Outra\_\_\_\_. Qual?\_\_\_\_\_?

Cf.)- Formação\_\_\_\_\_.

Cfa)- Que tipo de formação?

Cfa1. Manejo das pragas e doenças\_\_\_\_\_. Cfa2. Fertirrigação das culturas\_\_\_\_\_.

Cfa3. Manejo dos solos\_\_\_\_\_. Cfa4. Mecanização agrícola\_\_\_\_\_. Cfa5. Outra\_\_\_\_\_. Qual?\_\_\_\_\_.

Cg)) Como avalia os serviços prestados pela cooperativa?

Tipo de serviço	Escala				
	1	2	3	4	5
	Nada satisfeito	Pouco satisfeito	Nem muito nem pouco satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
Cg1.Acesso ao crédito monetário					
Cg2.Fornecimento de insumos e equipamentos a crédito					
Cg3.Comercialização					
Cg4.Assistência Técnica					
Cg5. Formação					

#### D.Apoios Externos recebidos pela cooperativa

Da) -A cooperativa beneficiou de alguns apoios externos nos últimos dois anos?

1.Sim\_\_\_\_\_2. Não\_\_\_\_\_

Db)- Que tipo de apoio?

Db1.Crédito monetário\_\_\_\_\_

Db2.Crédito em espécie\_\_\_\_\_

Especificar os produtos ou bens recebidos\_\_\_\_\_

Db3.Apoio gratuito em insumos e equipamentos agrícolas\_\_\_\_\_.

Especificar os insumos e equipamentos recebidos\_\_\_\_\_

Db4. Assistência técnica\_\_\_\_\_.

Especificar o tipo de assistência\_\_\_\_\_

Db5. .Formação\_\_\_\_\_.

Especificar o tipo de formação\_\_\_\_\_

Db6.Outro\_\_\_\_Especificar\_\_\_\_\_

Dc)- Qual foi a instituição que prestou o apoio?

1. Administração Municipal\_\_\_\_\_2.EDA\_\_\_\_\_3.ONG\_\_\_\_\_

Indicar o nome da ONG\_\_\_\_\_

Outra\_\_\_\_\_Especificar\_\_\_\_\_

Dd) como avalia os serviços recebidos pela cooperativa?

Tipo de serviço	Escala				
	1	2	3	4	5
	Nada satisfeito	Pouco satisfeito	Nem muito nem pouco satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
Dd1.Acesso ao crédito monetário					
Dd2.Fornecimento de insumos e equipamentos a crédito					
Dd3.Comercialização					
Dd4. Assistência Técnica					
Dd5. Formação					

### E. Principais problemas que a cooperativa enfrenta

Ea).Quais são as principais dificuldades que a cooperativa enfrenta?

Ea1.Fraca participação dos membros\_\_\_\_\_

Ea2. Inexistência de um fundo próprio\_\_\_\_\_.

Ea3. Insuficiência de serviços para apoiar as actividades produtivas dos membros\_\_\_\_\_.

Ea4. Dificuldades de acesso ao crédito bancário\_\_\_\_\_.

Ea5. Pouca capacidade de negociar as condições de fornecimento\_\_\_\_\_.

Ea6.Outro\_\_\_\_Especificar\_\_\_\_\_

Eb)) Como avalia as principais dificuldades enfrentadas pela cooperativa?

Principais dificuldades	Escala				
	1	2	3	4	5
	Nada importante	Pouco importante	Nem muito nem pouco importante	Importante	Muito importante
Eb1.Fraca participação de membros					
Eb2.Inexistência de um fundo próprio					
Eb3.Insuficiência de serviços para apoio às actividades					
Eb4. Acesso ao crédito					
Eb5. Pouca capacidade de negociar as condições de fornecimento					

## F.Perspectivas de desenvolvimento da cooperativa

Fa).Que ideias tem a cooperativa para melhorar o seu funcionamento?

Fa1. Aumentar a participação dos membros na vida da cooperativa\_\_\_\_Como pretendem fazer isto?\_\_\_\_\_.

Fa2. Criar um fundo próprio\_\_\_\_Como será criado?\_\_\_\_\_.

Fa3. Estruturar serviços\_\_\_\_

Quais?\_\_\_\_\_

Fa4. Legalizar a cooperativa\_\_\_\_

Fa5.Outra\_\_\_\_Especificar\_\_\_\_\_

Fb)- Que tipo de apoios externos precisa para concretizar as suas ideias

Fb1. Acesso ao crédito bancário\_\_\_\_Fb2.Comercialização\_\_\_\_

Fb3.Formação\_\_\_\_

Especificar o tipo de

formação\_\_\_\_\_

Fb4. Assistência técnica\_\_\_\_. Especificar o tipo de assistência técnica\_\_\_\_\_

Fb5.Outro\_\_\_\_Qual\_\_\_\_\_

## G.Percepção da cooperativa sobre a satisfação dos membros acerca dos serviços que presta.

Ga). Considera que os seus membros estão satisfeitos com os serviços que a cooperativa presta?

1.Sim\_\_\_\_ 2. Não \_\_\_\_

Gb). Qual é o serviço que considera que os agricultores estão mais satisfeitos?

Tipo de serviço	Escala				
	1	2	3	4	5
	Nada satisfeito	Pouco satisfeito	Nem muito nem pouco satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
Gb1.Acesso ao crédito monetário					
Gb2. Fornecimento de insumos e equipamentos a crédito					
Gb3. Comercialização					
Gb4. Assistência Técnica					
Gb5. Formação					

## H. Dados sobre o responsável da cooperativa

Ha Sexo



☐ Feminino

☐ Masculino

**Hb** Idade \_\_\_\_\_ anos

**Hc** Nível de Escolaridade mais alto que completou

☐ Sem estudos

☐ Primário (até 4ª classe)

☐ Secundário (até 9º ano)

☐ Secundário (até 12º ano)

☐ Licenciatura

☐ Pós-graduação / Mestrado / Doutoramento

**Hd.** Situação laboral actual/Profissão

☐ Desempregado

☐ Trabalhador por conta própria \_\_\_\_\_

☐ Reformado

☐ Trabalhador por conta de outrem.

Profissão: \_\_\_\_\_

☐ Estudante

☐ Outro

Agricultor a tempo inteiro \_\_\_\_\_

Agricultor a tempo parcial \_\_\_\_\_

## Anexo 2 Inquérito para os agricultores membros das cooperativas

### Ficha de Inquérito de projecto de dissertação do MEGA “Cooperativismo e acesso aos serviços agrícolas na província de Huambo”

A presente Ficha de inquérito destina-se ao levantamento de informações aos **agricultores** membros das cooperativas, com o objectivo de avaliar o grau de satisfação dos produtores agrícolas sobre os serviços prestados pelas cooperativas apoiadas pela ADRA na província do Huambo.

**Nome da Cooperativa** \_\_\_\_\_

#### Localização

**Aldeia** \_\_\_\_\_ **Comuna** \_\_\_\_\_.

**Município** \_\_\_\_\_ **Data** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### A. Dados gerais do agricultor.

##### Aa Sexo

☐ Feminino

☐ Masculino

**Ab Idade** \_\_\_\_\_ anos

**Ac Nível de Escolaridade mais alto que completou**

☐ Sem estudos

☐ Primário (até 6ª classe)

☐ Primeiro Ciclo (até 9º ano)

☐ Segundo Ciclo(até 12º ano)

☐ Licenciatura

☐ Pós-graduação / Mestrado / Doutoramento

**Ad. Situação laboral actual/Profissão**

☐ Desempregado

☐ Trabalhador por conta própria \_\_\_\_\_

☐ Reformado

☐ Trabalhador por conta de outrem.  
Profissão:\_\_\_\_\_

☐ Estudante

☐ Outro

Agricultor a tempo inteiro\_\_\_\_\_

Agricultor a tempo parcial\_\_\_\_\_

Af) -Quantos membros tem a família?

Af1.Adultos\_\_\_\_\_. Af2.Crianças\_\_\_\_\_. Total\_\_\_\_\_

## **B. Participação da Cooperativa.**

Ba) Há quanto tempo esta filiado na cooperativa?

Ba1. \_\_\_\_\_ anos. Ba2. \_\_\_\_\_ meses. Ba3. \_\_\_\_\_ semanas. Ba4. Outro \_\_\_\_\_ Qual? \_\_\_\_\_.

Bb) Paga quotas?

1. Sim \_\_\_\_\_ 2. Não \_\_\_\_\_

Bc) Com que regularidade paga as quotas?

Bc1. Mensal \_\_\_\_\_ Bc2 Anual \_\_\_\_\_. Bc3. Semanal \_\_\_\_\_. Bc4. Outro \_\_\_\_\_. Qual? \_\_\_\_\_.

Bd) Qual é Valor da quota? \_\_\_\_\_ AKZ.

Be) Tem alguma poupança?

1. Sim \_\_\_\_\_ 2. Não \_\_\_\_\_

Bf) Tem lavra própria?

1. Sim \_\_\_\_\_ 2. Não \_\_\_\_\_. Área total \_\_\_\_\_ hectares.

Bg) Que culturas têm sido praticadas na lavra?

Bg1. Milho \_\_\_\_\_ Bg2. Feijão \_\_\_\_\_ Bg3. Batata-rena \_\_\_\_\_ Bg4. tomate \_\_\_\_\_ Bg5. Cebola \_\_\_\_\_

Bg6. Couves \_\_\_\_\_ Bg7. Cenoura \_\_\_\_\_ Bg8. Alho \_\_\_\_\_ Bg9. Outras. \_\_\_\_\_ Quais? \_\_\_\_\_.

Bh) Qual tem sido o destino da produção da lavra?

Bh1. Venda \_\_\_\_\_. Bh2. Consumo da família \_\_\_\_\_ Bh3.

Outro \_\_\_\_\_ Qual? \_\_\_\_\_.

Bi) O que recebe das vendas faz o que ?

Bi1. Compra material escolar para os filhos \_\_\_\_\_ Bi2. Faz poupança \_\_\_\_\_

Bi3. Compra roupa \_\_\_\_\_ Bi4. Compra inputs agrícolas \_\_\_\_\_ Bi5. Compra chapa para cobrir a casa \_\_\_\_\_ Bi6. Outros \_\_\_\_\_ Quais? \_\_\_\_\_.

Bj) A maior (>50 %) parte da colheita da lavra vai para onde ?

Bj.1. venda \_\_\_\_\_ Bj.2 Consumo da família \_\_\_\_\_ Bj.3 Outra \_\_\_\_\_.

Qual? \_\_\_\_\_.

Bl) participa das actividades da lavra colectiva)

1. Sim \_\_\_\_\_ 2. Não \_\_\_\_\_.

Bk) Que tempo dedica à lavra colectiva?

Bk.1. \_\_\_\_\_ horas/dia. Bk.2. \_\_\_\_\_ dias/semana. Bk.3. Outro \_\_\_\_\_. Qual ? \_\_\_\_\_.

Bm) Que benefícios recebe por participar na lavra colectiva?

Bm.1. Dinheiro \_\_\_\_\_ Quantos \_\_\_\_\_ AKZ. Bm.2. Insumos

agrícolas \_\_\_\_\_ Quais? \_\_\_\_\_.

Bm.3. Serviços agrícolas\_\_\_\_\_Quais?\_\_\_\_\_.

### C. Serviços da cooperativa

Ca) Que tipo de serviços tem recebido da cooperativa?

Ca1.Acesso ao crédito monetário\_\_\_\_\_

Ca2.Fornecimento de insumos e equipamentos a crédito\_\_\_\_\_

Ca3.Comercialização\_\_\_\_\_Ca4.Assistência Técnica\_\_\_\_\_

Ca5.Formação\_\_\_\_\_Ca6.Outros \_\_\_\_\_Quais?\_\_\_\_\_.

Cb) Qual é o grau de satisfação em relação aos serviços prestados pela cooperativa?

Tipo de serviço	Escala				
	1	2	3	4	5
	Nada satisfeito	Pouco satisfeito	Nem muito nem pouco satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
Cb1.Acesso ao crédito monetário					
Cb2.Fornecimento de insumos e equipamentos a crédito					
Cb3. Comercialização					
Cb4. Assistência Técnica					
Cb5. Formação					

**Obs.:** Caso responda na escala de 1,2 e 3, procurar saber porque considera desta forma.

Cb1.1. Pouca oferta\_\_\_\_\_. Cb1.2 Pouca transparência\_\_\_\_\_. Cb1.3 Taxas de juros altos\_\_\_\_\_. Cb1.4 Pouca informação\_\_\_\_\_. Cb1.5 insuficiência de garantias\_\_\_\_\_.

Cb2.1Não há insumos nem equipamentos\_\_\_\_\_. Cb2.2 Os insumos e equipamentos são insuficientes\_\_\_\_\_. Cb2.3 Os insumos e equipamentos são vendidos a preços altos\_\_\_\_\_.

Cb3.1 Baixos preço dos produtos\_\_\_\_\_. Cb3.2 Interferência dos intermediários\_\_\_\_\_. Cb3.3 Vias de acesso danificadas\_\_\_\_\_. Cb3.4 Dificuldade de transporte\_\_\_\_\_. Cb3.5 Pouca informação de mercado\_\_\_\_\_. Cb3.6 pouca capacidade de negociação de preços\_\_\_\_\_.

Cb4.1 Pouca oferta\_\_\_\_\_. Cb4.2 preços altos\_\_\_\_\_. Cb4.3 Não existe\_\_\_\_\_.

Cb5.1 formação desajustada ao contexto\_\_\_\_\_. Cb5.2 Insuficiência de formadores\_\_\_\_\_. Cb5.3 Muito teórica\_\_\_\_\_.

Cc) De forma global como avalia os serviços prestados pela cooperativa?

Cc1-nada satisfeito\_\_\_\_\_, Cc2 - pouco satisfeito\_\_\_\_\_, Cc3.nem muito nem pouco satisfeito\_\_\_\_\_, Cc4- satisfeito\_\_\_\_\_, Cc5-muito satisfeito\_\_\_\_\_.

**D. Principais dificuldades que o agricultor enfrenta dos serviços que recebe da cooperativa?**

Da).Quais são as principais dificuldades que o agricultor enfrenta?

Da1. Inexistência de uma poupança\_\_\_\_\_.

Da2. Insuficiência de serviços para apoiar as actividades produtivas \_\_\_\_\_

Da3. Dificuldades de acesso ao crédito monetário\_\_\_\_\_.

Da4. Dificuldades de escoar os produtos\_\_\_\_\_.

Da5. Formação\_\_\_\_\_

Da6. Outro\_\_\_\_Qual\_\_\_\_\_.

Db) Qual é o grau de dificuldade que os agricultores enfrentam?

Principais dificuldades	Escala				
	1	2	3	4	5
	Nada importante	Pouco importante	Nem muito nem pouco importante	Importante	Muito importante
Db1.Inexistência de uma poupança					
Db2.Insuficiência de serviços para apoiar as actividades produtivas					
Db3.Dificuldades de acesso ao crédito monetário					
Db4.Comercialização					
Db5. Dificuldades de escoar os produtos					
Db6. Pouca Formação					

### Anexo 3. Fotos com as cooperativas



Fotografia com membros da cooperativa Flor do Campo.



Fotografia com membros da cooperativa Cintura Verde.



Fotografia com a liderança da cooperativa Tuasanjuca.



Fotografia com membros da cooperativa Kupemba.



Fotografia com a liderança da cooperativa Bem vindo



Fotografia com a liderança da cooperativa Sementes do Planalto





Fotografia com agricultora da cooperativa Flor de Campo.



Fotografia com agricultora da cooperativa Flor de Campo.



Fotografia da parte externa da sede da cooperativa Sementes do Planalto.



Fotografia tirada ao agricultor da cooperativa Tusanjuca.



Fotografia tirada com agricultor da cooperativa Tusanjuca.



Fotografia ao agricultor da cooperativa Tusanjuca.

## Anexo 4 Caracterização geral das cooperativas

**Quadro 12** Caracterização geral das 12 cooperativas

	Nome da Cooperativa	Membros		Lavra Colectiva	Área em hectares	Titularidade da terra	Órgãos sociais	Periodicidade de Reunião			Joia	Quota	Fundo	Origem do Fundo	Valor do Fundo AKZ	Crédito	Taxa de Juro
		Masculinos	Femininos					D	CF	AM							
1	Tuseteka	14	10	Sim	3	Cooperativa	D,CF, AM	1 vez por mês	1 vez por 3 meses	1 vez por ano	Não	Sim	Sim	IDA	561 000	Não	0
2	Tuayovoca	8	6	Sim	600	Cooperativa	D,CF, AM	1 vez por 3 meses	1 vez por mês	1 vez por ano	Sim	Sim	Não				
3	Quinze	23	12	Sim	35	Cooperativa	D,CF, AM	1 vez por mês	1 vez por mês	1 vez por 6 meses	Sim	Sim	Sim	Joia e Quota	365 000	Não	0
4	Esivayo	25	12	Sim	2	Cooperativa	D,CF, AM	1 vez por mês	1 vez por mês	1 vez por mês	Sim	Sim	Sim	IDA	620 000	Sim	10
5	Boa esperança	32	15	Sim	5	Cooperativa	D,CF, AM	1 vez por 3 meses	1 vez por 3 meses	1 vez por ano	Não	Sim	Não				
6	Nova esperança	18	7	Sim	12	Cooperativa	D,CF, AM	1 vez por 3 meses	1 vez por 6 meses	1 vez por ano	Não	Não	Não				
7	Bem vindo	26	11	Sim	10	Arrendamento	D,CF, AM	1 vez por 3 meses	1 vez por 3 meses	1 vez por ano	Sim	Não	Sim	ADRA e CODESPA	1 417 000	Sim	10
8	Sementes do planalto	8	9	Sim	200	Cooperativa	D,CF, AM	1 vez por mês	1 vez por 3 meses	de 2 a 2 anos	Sim	Sim	Não				
9	Cintura verde	20	21	Sim	1,5	Arrendamento	D,CF, AM	1 vez por semana	1 por seman	1 vez por ano	Sim	Sim	Sim	ADRA e IDA	850 000	Sim	15
10	Tuasanjuca	17	67	Sim	2	Cooperativa	D,CF, AM	1 vez por mês	1 vez por 3 meses	1 vez por ano	Não	Sim	Sim	IDA	1 320 000	Sim	25
11	Flor do campo	14	12	Sim	4	Arrendamento	D,CF, AM	1 vez por 3 meses	1 vez por mês	1 vez por ano	Sim	Sim	Sim	IDA	1 400 000	Sim	20
12	Kupemba	34	21	Sim	3	Cooperativa	D,CF, AM	2 vezes por mês	1 vez por mês	1 vez por mês	Não	Sim	Sim	ADRA e IDA	1 950 000	Sim	9



